

# DESEJOS PARA O BRASIL

Com base em quatro pilares fundamentais: democracia, economia, educação e sociedade, apresentamos a visão da Gazeta para o pleno desenvolvimento do país.

**GAZETA DO POVO**



## INTRODUÇÃO

### 1. REVITALIZAR A DEMOCRACIA

- 1.1. Reforma política: voto distrital misto
- 1.2. Novas indicações para o STF
- 1.3. Defesa da liberdade de expressão
- 1.4. Fortalecimento da cultura democrática
- 1.5. Respeito aos papéis institucionais de cada poder
- 1.6. Combate à corrupção

### 2. REVITALIZAR A ECONOMIA

- 2.1. Projeto para o país
- 2.2. Minirreforma: desburocratização
- 2.3. Inovação, tecnologia e empreendedorismo
- 2.4. Investimentos em infraestrutura
- 2.5. Privatizações
- 2.6. Acordos comerciais internacionais
- 2.7. Reformas administrativa e tributária
- 2.8. Busca do pleno emprego



## 3. EDUCAÇÃO

- 3.1. Grande ênfase na educação
- 3.2. Metas agressivas de qualidade
- 3.3. Estímulo à revisão de currículos: simplificação + inovações e temas clássicos
- 3.4. Pacto pela cidadania: valores cidadãos
- 3.5. Ensino superior: finalidades e modelos

## 4. SOCIEDADE

- 4.1. Foco na família
- 4.2. Políticas públicas de fortalecimento da família
- 4.3. Mapeamento dos grandes problemas sociais do país
- 4.4. Estímulo à iniciativa privada para resolução desses problemas, sem abandono das iniciativas públicas
- 4.5. Foco em saúde e segurança



## **PREZADO LEITOR,**

Você está recebendo este e-book porque se interessou em saber “como a Gazeta vai votar”. Reparou que dissemos “como”, e não “em quem”? Isso porque o que nos interessa, neste momento, são as ideias, e não as pessoas. Todos nós queremos que o Brasil de 2026 esteja muito melhor que o de 2022, mas existem muitas concepções diferentes do que significa “estar melhor”: estamos falando de desenvolvimento econômico? Indicadores sociais? Cultura democrática? Valores mo-



rais? Combate à corrupção? E, para cada objetivo traçado, também existem muitos meios diferentes de se chegar lá – alguns deles, aliás, já foram testados, com maior ou menor sucesso, enquanto outros ainda são novidades por aqui.

Pois a Gazeta do Povo resolveu contar para você, leitor, o que nós desejamos para o Brasil ao longo dos próximos quatro anos. Escolhemos quatro áreas que consideramos as prioritárias, e que, se forem bem cuidadas por aqueles que vamos eleger em outubro, ajudarão o Brasil a crescer em todos os aspectos. Alguns dos nossos desejos podemos chamar de “perenes” – são aqueles que devem ser prioridades em qualquer época e lugar; outros se tornaram uma prioridade para nós ao analisarmos o cenário atual e todas as circunstâncias específicas que impedem o Brasil de se tornar aquilo que gostaríamos que ele fosse.

Mas não nos interessa apenas enumerar desejos de forma genérica. Ao longo de décadas, a Gazeta tem pensado o Brasil em suas reportagens, edito-

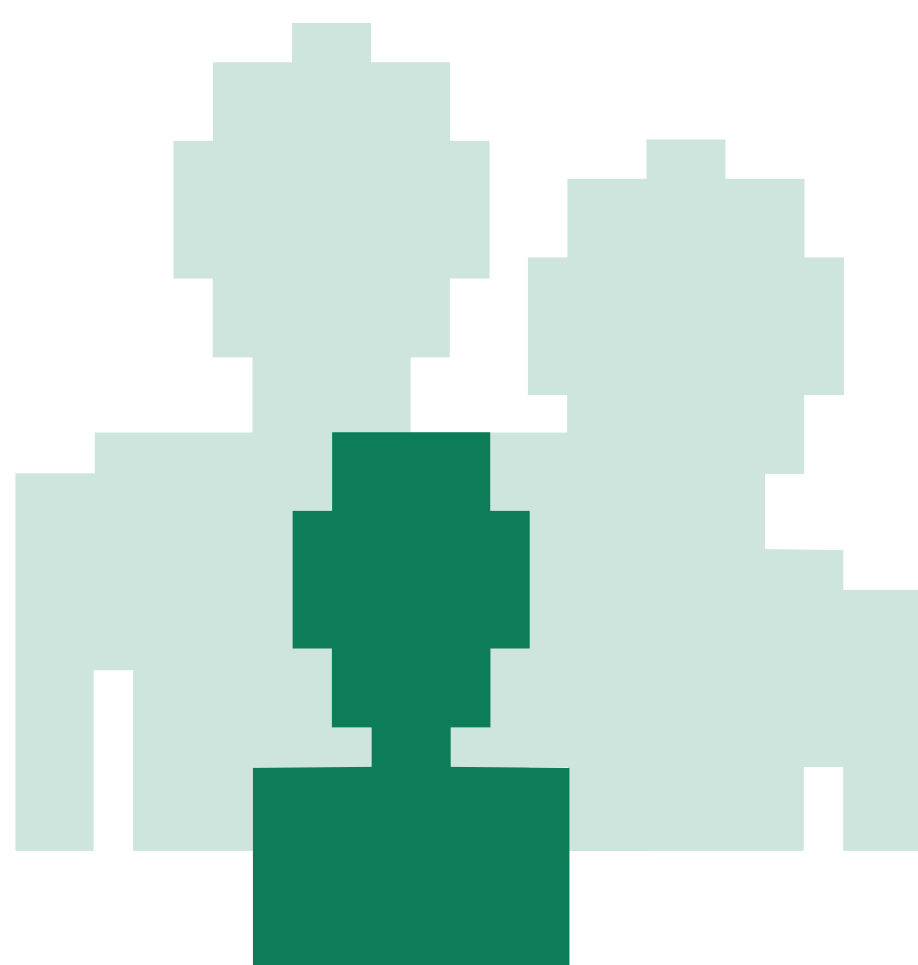
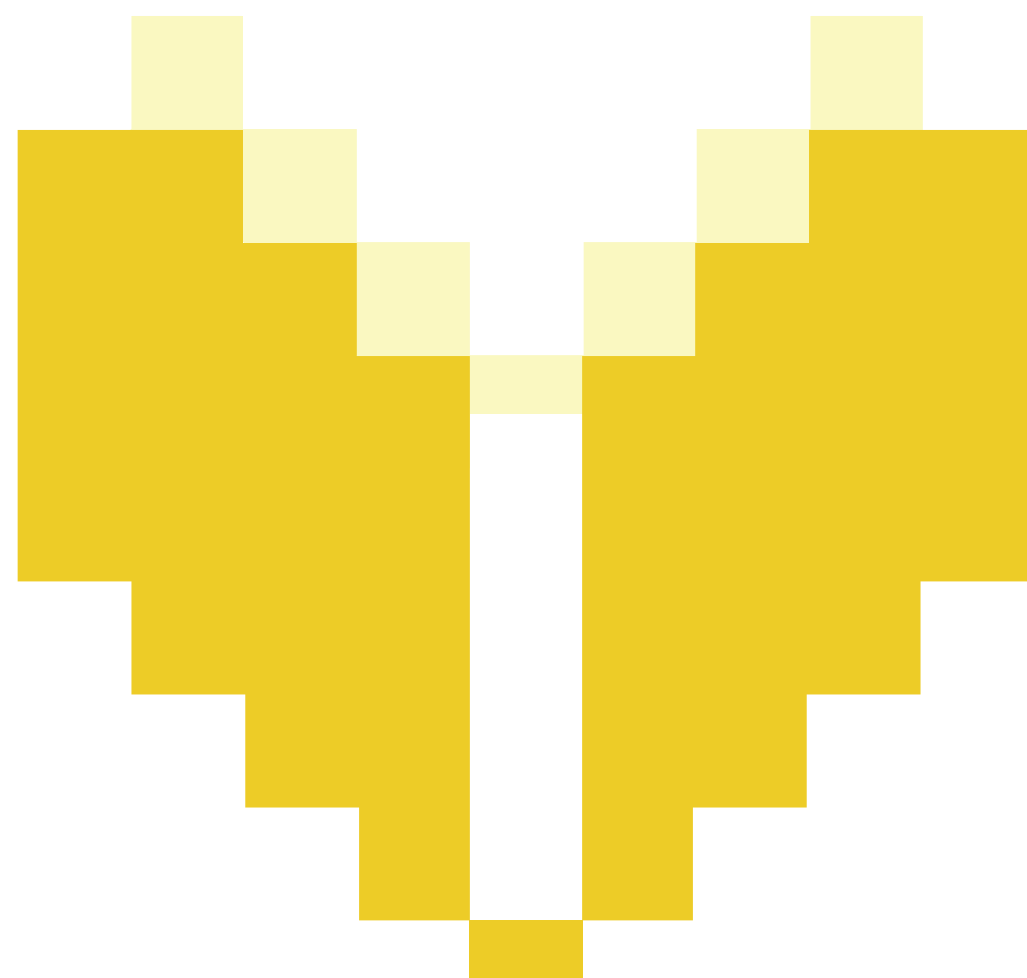
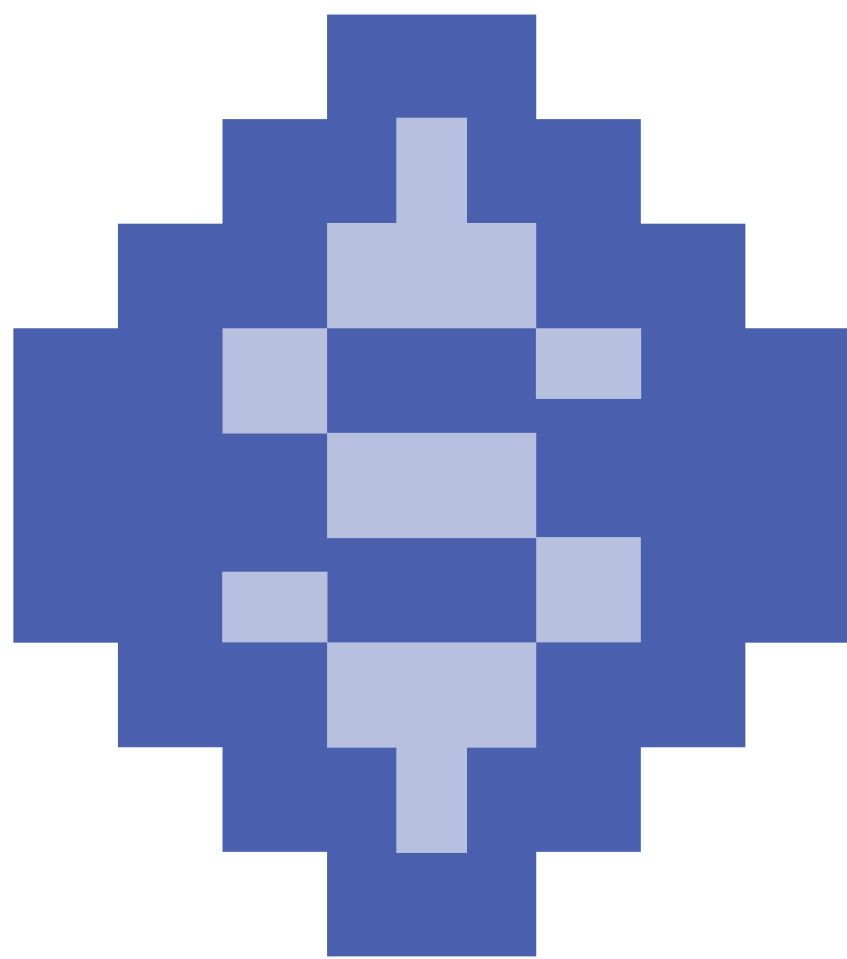
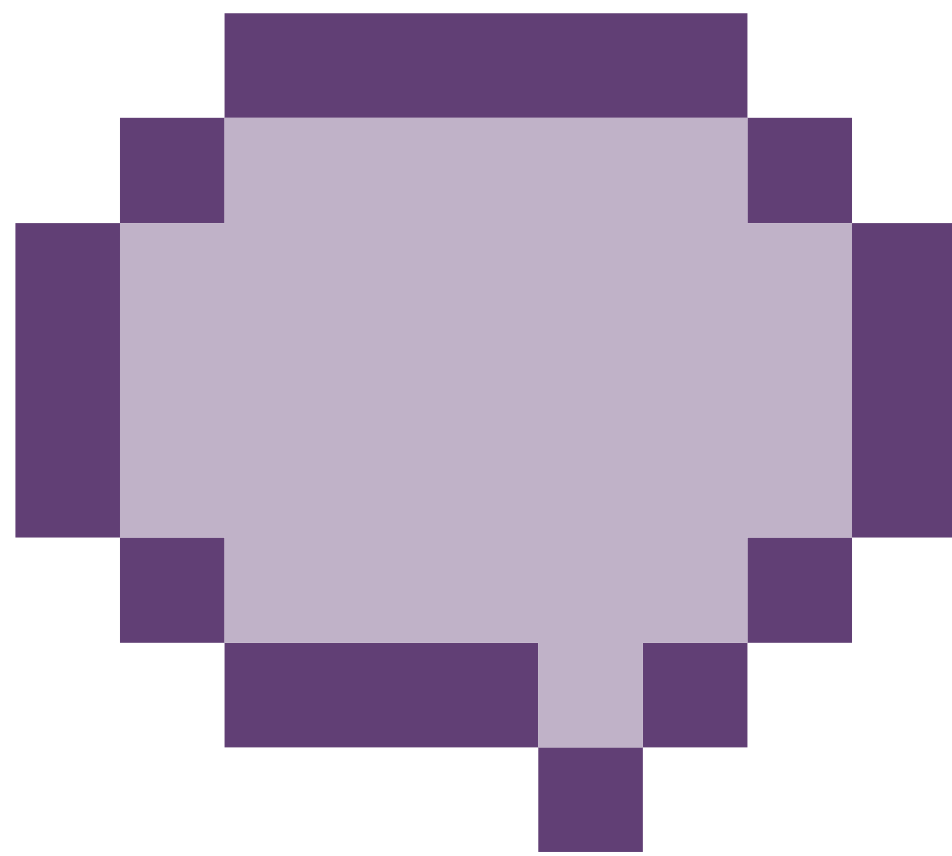


riais, artigos de opinião, colunas. Todo esse conhecimento acumulado nos permitiu tratar cada uma das quatro prioridades de maneira aprofundada, mostrando ao leitor como é possível alcançar esses grandes objetivos. Os textos que você lerá a partir de agora são uma espécie de “programa de governo”: o que a Gazeta faria caso lhe coubesse governar o Brasil? Como ela pretenderia melhorar nossa educação, ou resgatar nossa democracia?

Se as nossas prioridades coincidirem com as suas, totalmente ou ao menos em parte, temos um ponto de partida para algo que só você poderá fazer: escolher bem. Temos um mês e meio para analisar os candidatos a todos os cargos em disputa e descobrir quais deles estão mais aptos a tornar realidade estes desejos que manifestamos aqui. Pesquise não apenas o que eles propõem agora, mas especialmente o que já fizeram quando tiveram o poder nas mãos, ou o que disseram quando não estavam atrás do voto do brasileiro e podiam ser mais “sinceros”. A informação é a melhor arma contra quem aposta na falta de memória do eleitor.



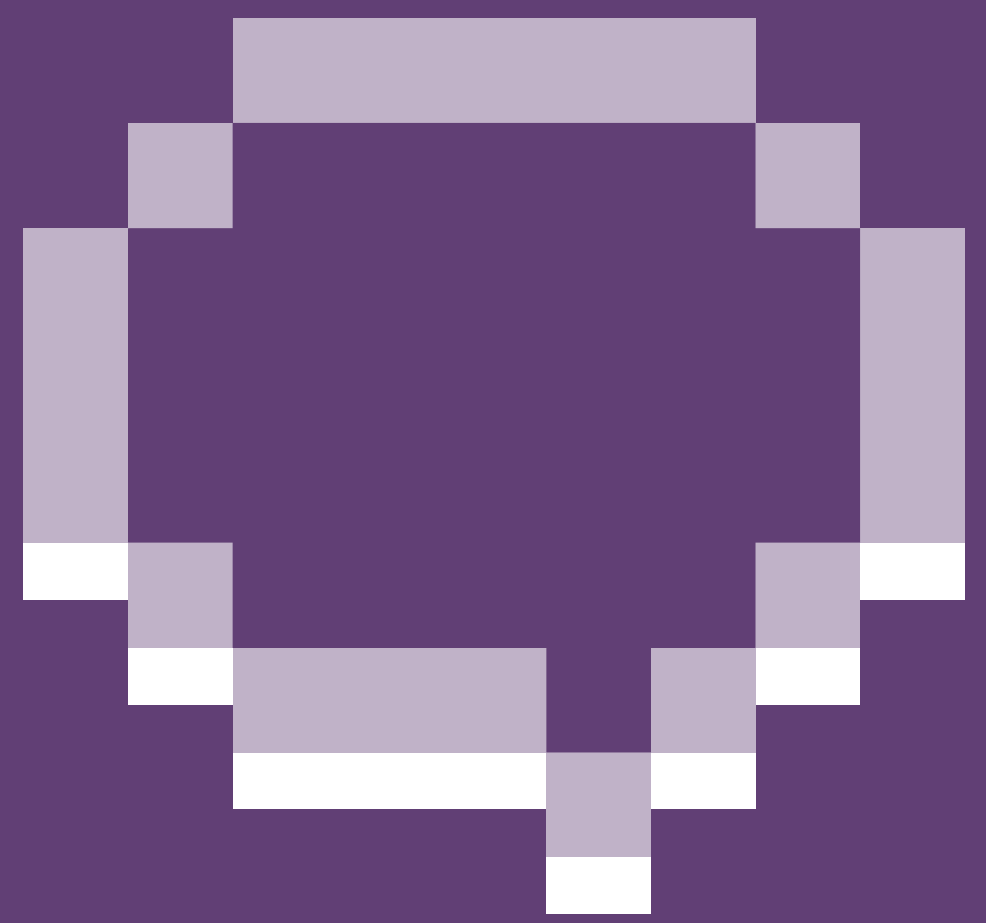
VOLTAR AO  
ÍNDICE



*Desejos para o Brasil*

GAZETA DO POVO

VOLTAR AO  
ÍNDICE



# 1. REVITALIZAR A DE MOOER ACIA





Tornou-se lugar comum dizer que “a democracia corre risco” – não apenas no Brasil, mas em diversos outros países. Há, inclusive, best-sellers que tratam do tema. Mas o fato de uma afirmação ter se tornado quase um clichê não significa que ela seja necessariamente falsa. E não nos referimos aqui apenas àquela parcela, que costuma oscilar entre um quarto e um terço da população em diferentes pesquisas realizadas nos últimos anos, segundo a qual ditaduras podem ser melhores em alguns casos ou tanto faz o regime político. Mesmo brasileiros convencidos do poder da democracia andam insatisfeitos com os rumos da ainda jovem democracia brasileira. E não é para menos. Ela precisa, sim, de revitalização – e esta é a principal tarefa a que os brasileiros precisam se dedicar nos próximos anos, pois uma democracia sólida é a base sobre a qual poderemos crescer em todos os outros aspectos como sociedade.

A Operação Lava Jato, que pela primeira vez na história do país colocou na cadeia figuras graúdas da política nacional que até então sempre escapavam



impunes, e os resultados das eleições de 2018 – com uma forte renovação no Legislativo e a vitória de um candidato à Presidência que encarnou valores caros à maioria dos brasileiros e que até então eram desprezados pela classe política – trouxeram uma nova lufada de esperança no poder da democracia, mas ela já se desfez, afundada em uma sucessão de erros cometidos pelos três poderes da República e pela polarização que se instalou no país, em boa medida graças justamente a esses erros.

Continua sendo extremamente necessário repetir que a democracia é, de fato, o melhor regime; é o único no qual as pessoas têm a possibilidade de colocar em prática todo o seu potencial, por meio da garantia de uma série de liberdades e direitos. Não é verdade que “tanto faz” se vivemos em uma democracia ou em uma ditadura – e basta apontar para a vida daqueles que vivem sob regimes autoritários para comprová-lo. Ninguém gosta que as decisões sobre o que cada um deve fazer sejam impostas de cima – e mesmo que tais decisões impostas fossem as melhores, elas ainda assim



estariam violando a dignidade humana ao tirar das pessoas o poder de serem os autores de seu próprio destino. Mas, para desfazer o atual nó brasileiro, não basta defender democracia como princípio; é preciso atacar as raízes da desilusão, e encontrá-las não será muito difícil para quem estiver disposto a abandonar a ideia de que “anti-democráticos” são apenas os outros.

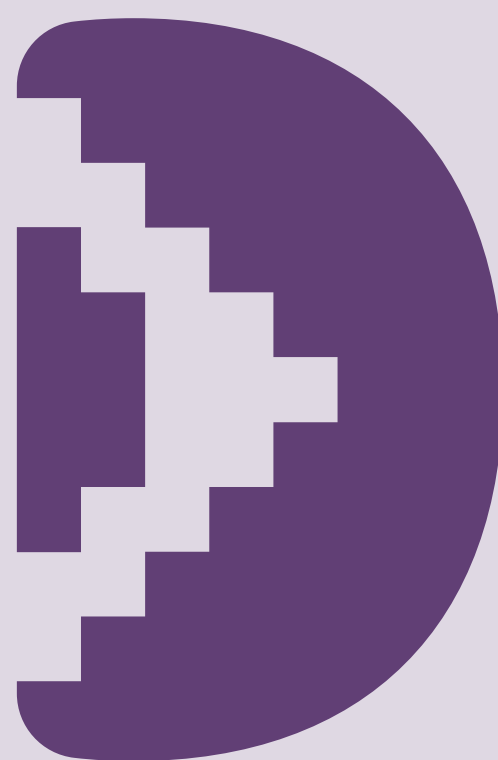
É preciso, em primeiro lugar, que os três poderes voltem a funcionar de forma harmônica e independente, repelindo os hábitos nefastos da interferência cotidiana nas atribuições uns dos outros, e das palavras ou ações que, muito além da crítica legítima, acirram belicosidades e disparam crises institucionais. É especialmente importante que os guardiões da Constituição, os ministros do Supremo Tribunal Federal, deixem de atuar como agentes políticos e voltem a defender garantias básicas, como a liberdade de expressão, a imunidade parlamentar, a ampla defesa ou o devido processo legal, todas recentemente atropeladas em inquéritos abusivos. É necessário recuperar o espírito do bom



combate à corrupção, perdido com o desmanche da Lava Jato. Quando o crime não é devidamente punido, quando a classe política vive arquitetando meios de atrapalhar o combate à corrupção e quando o Judiciário se torna instrumento de impunidade, tenha ou não essa intenção, o resultado é a decepção com o sistema que torna tudo isso possível.

Quando tanta coisa vai mal, como tem sido o caso brasileiro, é ainda maior a tentação de acreditar que a democracia realmente não funciona, que a solução está na ruptura ou na autocracia – desde que o poder esteja, claro, nas mãos daqueles com quem se concorda. Mas é nestes momentos que os verdadeiros democratas precisam se erguer como uma voz isenta e equilibrada, denunciando os desmandos de onde vierem, aliados ou adversários, e oferecendo as soluções que ajudem a construir a cultura democrática de que o Brasil tanto necessita.





## 1.1

# REFORMA POLÍTICA: VOTO DISTRIITAL MISTO



Em 2017 e 2021, uma cena se repetiu no Congresso nacional: depois de meses de discussão sobre a necessidade de uma reforma política que alterasse o sistema de votação no Brasil, os parlamentares resolveram preservar o status quo, aprovando emendas à Constituição com mudanças meramente superficiais nas regras eleitorais do País. Por duas vezes, os congressistas perderam a oportunidade de corrigir distorções graves no modelo das eleições para o Legislativo.

Uma reforma política verdadeira – e não cosmética, como as de 2017 e 2021 – é urgente para o Brasil. O modelo proporcional, tal como foi concebido para as eleições nacionais, tem seus méritos, ao procurar refletir com uma certa precisão a distribuição de preferências partidárias que se encontra em uma unidade da federação. No entanto, ele gera importantes distorções na configuração dos próprios partidos, na escolha pelos partidos de seus candidatos e na relação entre eleitor e seus representantes, que tende a ser muito distante.



O defeito mais unanimemente reconhecido desse modelo é também bastante relevante – ainda que não seja propriamente o mais importante – na medida em que simboliza e resume as outras disfuncionalidades: o fenômeno dos “puxadores de votos”, candidatos que recebem votações muito expressivas e acabam trazendo para as casas legislativas alguns colegas de partido com baixo número de eleitores. O problema era especialmente agudo quando se permitia a coligação de partidos, de tal forma que um “puxador de voto” de determinado partido também carregava para a Câmara dos Deputados candidatos de outros partidos, integrantes da mesma coligação, sem que o eleitor tivesse a menor ideia de quem seu voto estava ajudando a eleger. A Emenda Constitucional n. 97/2017 extinguiu esse modelo nas eleições proporcionais. O problema, no entanto, continua o mesmo, apenas levemente diminuído nesse particular: o arrastão de outros candidatos, frequentemente inexpressivos, acontece apenas dentro do próprio partido.





Em um país onde a grande maioria dos partidos agrega filiados mais por conveniência política que por convicção ideológica, o sistema proporcional acaba sendo em boa medida um instrumento de deturpação da vontade popular. Celebidades e candidatos com maior potencial de obtenção de votos são disputados pelas siglas sem qualquer preocupação com uma plataforma de ideias. A popularidade de algumas pessoas é instrumentalizada para preservar grupos políticos que contam com pouco apoio do eleitorado, o que acaba favorecendo os caciques partidários e famílias de longa tradição eleitoral.

A essência, no entanto, da debilidade do modelo é a distância entre eleitor e candidatos. Como a circunscrição, para a eleição da Câmara dos Deputados, é cada estado da federação; como os estados no Brasil têm muitas vezes dimensões territoriais equivalentes à de países inteiros; como em cada circunscrição se escolhem deputados para todas as vagas do estado, o que leva cada partido a apresentar uma infinidade de candidatos, que têm de



ser apresentados para uma população importante, dispersa por um território igualmente significativo; em razão de todos esses motivos, não há a menor possibilidade de os cidadãos se conectarem com seus candidatos de maneira minimamente efetiva.

Nos últimos tempos, alguns parlamentares têm defendido a substituição do sistema proporcional pela criação do “distritão”, modelo pelo qual são eleitos os candidatos que forem mais votados, independentemente do partido a que pertençam. Segundo os defensores desse sistema, ele garantiria uma representação mais fiel da vontade do eleitor, já que os candidatos com mais votos se elegeriam.

Mas a realidade é mais complexa: o distritão tende a favorecer o personalismo nas candidaturas, a aumentar os gastos das campanhas e a privilegiar os candidatos com mais recursos financeiros e mais conhecidos do eleitor por outros motivos que não os políticos, como o fato de serem esportistas, artistas, jornalistas, etc. Seria, portanto, um antído-



to com efeitos colaterais potencialmente piores do que os problemas que ele poderia resolver.

Para amenizar as distorções criadas pelo sistema proporcional, uma solução efetiva seria a adoção do voto distrital misto.

Para compreender melhor esse modelo, pensemos primeiro no voto distrital puro. Na eleição com o modelo puro, o estado ou município é dividido em distritos, dentro dos quais somente um candidato de cada partido disputa a cadeira em questão. Seu maior mérito é aproximar os eleitores de cada distrito do parlamentar que os representa, facilitando a cobrança e a fiscalização daquele que foi escolhido nas urnas e favorecendo a representatividade de todas as áreas geográficas. Ele também corrige em tese um desequilíbrio grave do atual sistema: hoje, os candidatos com maior poder financeiro largam com grande vantagem na corrida eleitoral por expandirem com maior facilidade o alcance geográfico de suas campanhas. O voto distrital diminuiria esse problema, já que o foco das



campanhas seria uma comunidade geográfica bem mais reduzida.

Mas um sistema com voto distrital puro, em que todas as cadeiras do Legislativo fossem disputadas dessa forma, criaria uma distorção muito significativa na representatividade. Poderia haver, por exemplo, o risco de sub-representação de partidos que conseguem fatia significativa do eleitorado, mas não são capazes de vencer nos distritos.

O voto puramente distrital também poderia acabar eliminando candidatos representantes de determinados grupos sociais ou causas. Esses candidatos nem sempre têm número suficiente dentro de um distrito para se eleger, porque a adesão a determinadas bandeiras pode ser relativamente grande, mas diluída geograficamente. É preciso garantir a presença deles nas casas legislativas.

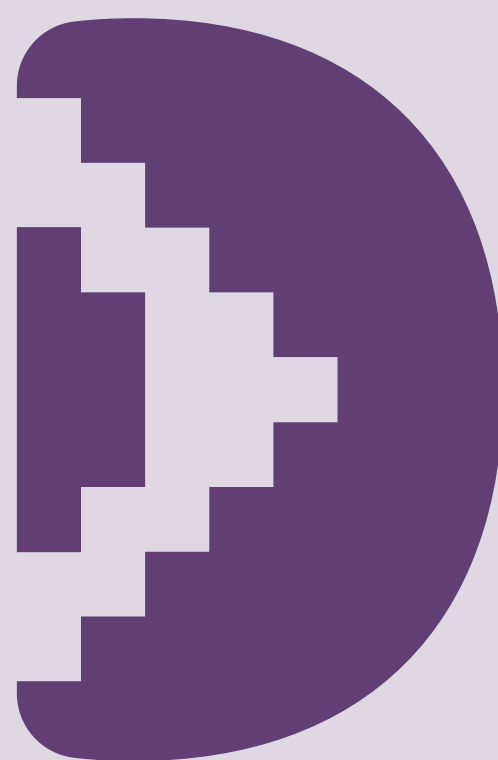
No voto distrital misto, em que uma parte das cadeiras é preenchida como descrito acima para o





modelo distrital puro e outra parte é preenchida por um modelo semelhante ao modelo proporcional, abre-se espaço para a eleição de candidatos ligados mais a causas que a regiões geográficas. Ele permite a representação de grupos de eleitores que, apesar de espalhados geograficamente, estão unidos por afinidade de ideias. Esse modelo não seria a solução definitiva para os problemas de representatividade e de gastos exorbitantes com campanhas, mas corrigiria ao menos em boa parte as distorções do sistema proporcional, sem deixar de lado seus pontos positivos.

Nos próximos anos, é quase inevitável que novas propostas de reforma política e de mudanças no sistema eleitoral sejam discutidas no Congresso. Por isso, as visões dos candidatos de 2022 ao Legislativo sobre esse tema não podem ser ignoradas pelo eleitor.



## 1.2

# NOVAS INDICAÇÕES PARA O STF



O próximo presidente da República terá a responsabilidade de nomear dois ministros para o Supremo Tribunal Federal (STF) logo no primeiro ano de seu mandato. Em um passado não muito distante, isso dificilmente estaria na órbita de preocupações do cidadão médio em um ano eleitoral. Mas, diante do crescente protagonismo do Judiciário em assuntos sensíveis, as visões dos candidatos sobre a Corte merecem atenção especial do eleitor.

Nos últimos anos, o STF tomou indevidamente para si o poder de legislar sobre assuntos tão polêmicos e complexos quanto a união homoafetiva, as pesquisas com células-tronco embrionárias, o aborto de anencéfalos e a criminalização da homofobia. Os ministros também agiram, na prática, pelos seus efeitos, como protetores de corruptos, interpretando a lei com contorcionismos hermeneúuticos e até revertendo votos antigos para destruir a Operação Lava Jato e suas conquistas, em uma sequência de decisões absurdas. Com isso, liberaram da prisão e permitiram a candidatura de políticos responsáveis por um assalto sem prece-





dentes ao Brasil.

Para corroborar o diagnóstico de ativismo judicial do STF, nem é necessário enumerar decisões controversas ou analisar a fundo justificativas apresentadas pelos ministros durante sessões de julgamento. A própria autoimagem da Corte, testemunhada por alguns de seus membros em pronunciamentos recentes, evidencia o problema.

Em julho de 2020, Dias Toffoli, então presidente do tribunal, definiu os magistrados como “editores de um país inteiro” em entrevista ao site Poder360. Em palestra de 2017 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o ministro Luís Roberto Barroso afirmou que o Supremo tem o papel “iluminista” de promover “certos avanços sociais, mesmo contra o sentimento majoritário, em casos como o das uniões homoafetivas”.

Como pretexto para a falta de parcimônia em exercer funções que deveriam caber somente ao Poder Legislativo, os ministros costumam alegar que a



omissão do Congresso em certos assuntos reclama atitudes do Supremo. Porém, não consideram que, em muitos casos, há projetos de lei sobre as matérias julgadas tramitando na Câmara ou no Senado, e que a própria decisão de não pautá-los é uma escolha legítima dos representantes do povo, que já sinaliza um posicionamento.

Além desse atual ímpeto ativista, que talvez tenha se tornado mais agudo em função da polarização que se vê no mundo político e no seio da própria sociedade civil, a própria composição atual do STF representa por si só uma disfuncionalidade e um desequilíbrio aos que é preciso atentar. Se escolhêssemos três grandes dimensões de grande impacto na configuração jurídica do país – a visão do papel do Estado na economia, a visão mais ou menos garantista no campo do direito penal e as convicções mais progressistas ou mais conservadoras no campo moral – descobriremos um contraste especialmente acentuado entre as convicções da maioria dos brasileiros e as dos ministros, especialmente no campo moral. Se quanto ao papel do



Estado há ministros de um lado e de outro do espectro ideológico, o mesmo ocorrendo no campo do direito penal, o que é realmente surpreendente é que, no campo moral, tenhamos no mínimo 9 ministros progressistas. De todos, esse é o maior desequilíbrio na composição atual do Supremo, o que só se explica pela pouca atenção que população, presidentes da República e Senado deram ao tema até agora, gerando um descompasso especialmente problemático, com decisões que cada vez mais se distanciarão do sentir comum de boa parte dos brasileiros, levando a um descrédito crescente da instituição.

Reverter a tendência ao ativismo judicial, com especial atenção ao campo comportamental, é hoje uma das prioridades para o Brasil. A Corte deve abandonar o ímpeto de reinventar as leis do País, recobrando o seu verdadeiro papel, que é o de guardiã – e não redatora – da Constituição. Assim, além de colaborar para manter a ordem constitucional, dará bom exemplo a instâncias inferiores do Judiciário, que já se veem tomadas pelo mesmo ímpe-



to ativista.

O caminho para uma renovação nesse sentido será árduo e longo, já que quase nenhum dos membros atuais do Supremo pode ser completamente poupado de responsabilização pelos problemas aqui descritos. Depois das duas indicações previstas para 2023 – em substituição a Ricardo Lewandowski e Rosa Weber –, uma nova nomeação só deverá ocorrer em 2028, já no mandato presidencial seguinte, com a aposentadoria de Luiz Fux. Por isso mesmo, não há margem para erro: as próximas duas indicações são essenciais para dar novos ares e começar a modificar a tendência hegemônica na Corte.

Se forem verdadeiramente fiéis à Constituição e avessos à ideia de reescrevê-la sob influência de modismos acadêmicos e lobbies ideológicos, os novos indicados precisarão assegurar, nos julgamentos, a proteção constitucional à família e aos nascituros. Para isso, deverão ter um firme entendimento – apoiado em argumentos racionais e um





conhecimento profundo da Filosofia do Direito – de que o casamento não é uma mera construção social sem fundamento na natureza humana, de que a vida familiar tem um papel primordial na construção do bem comum e de que a vida humana começa no momento da concepção.

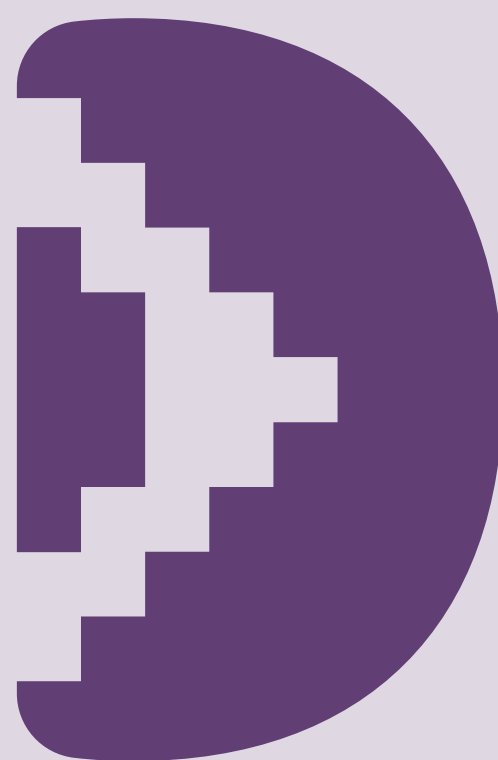
Também deverão resguardar direitos fundamentais que se veem ameaçados por antagonismos políticos de magistrados com membros dos Poderes Executivo e Legislativo. A liberdade de expressão, em especial, tem sido atacada com frequência dentro do próprio tribunal que tem a missão de defendê-la, com inquéritos que parecem motivados por um afã persecutório contra críticos da Corte e opositores de suas visões de mundo.

Outra característica a se esperar dos novos nomeados é o rigor no julgamento dos corruptos. Nos últimos anos, além de ter desmantelado a Lava Jato, o STF decidiu pelo fim de ferramentas essenciais para o combate à corrupção, como a prisão após condenação em segunda instância, o julga-



mento de caixa dois eleitoral pela Justiça comum e a condução coercitiva. Os próximos integrantes do tribunal precisarão remar contra essa maré.

Como o Supremo é um órgão colegiado, as duas nomeações previstas para 2023 não deverão ser suficientes para formar maiorias contrárias ao atual viés da Corte em certos julgamentos. O panorama é desafiador, mas os novos indicados poderão ter ao menos um papel educativo dentro do Supremo – se não para transformar de imediato a mentalidade hegemônica do tribunal, ao menos para mostrar a uma população cada vez mais cética em relação ao Judiciário que ainda é possível esperar discrição, imparcialidade e fidelidade à Constituição dos ministros do STF.



# 1.3.

## DEFESA DA LIBERDADE DE EXPRESSION





Os últimos dois anos foram marcados por um retrocesso global em diversas liberdades fundamentais, da econômica à religiosa, mas podemos dizer com toda a certeza que poucas liberdades foram tão atacadas quanto a liberdade de expressão. Este fenômeno – que a Gazeta chegou a classificar como um “apagão” –, no entanto, não nasceu com a pandemia; ele já vinha se manifestando antes do surgimento da Covid-19, e foi apenas potencializado por ela. O terreno perdido foi muito grande e recuperá-lo é uma urgência para o Brasil dos próximos quatro anos.

É um trabalho difícilíssimo, pois são muitas as frentes em que a liberdade de expressão foi relativizada ou agredida. A sociedade como um todo, grupos organizados e até as instituições do poder público trabalharam, cada um a seu modo, para instaurar um clima de quase censura ou de autocensura. Pensemos, por exemplo, na resposta ao fenômeno das fake news, um problema real cujo combate saiu totalmente do controle e escancarou um déficit teórico avassalador a respeito da própria natureza



dos discursos. O que deveria ser um esforço para se conter a difusão de afirmações factuais comprovadamente falsas acabou se transformando na perseguição pura e simples a opiniões e críticas que destoassem de supostos consensos elevados à categoria de verdades inquestionáveis. Os adeptos de tais consensos no Poder Judiciário e nas Big Techs passaram, então, a usar seu poder para suprimir tanto tais discursos quanto seus autores, com o aplauso de todos os demais adeptos desses consensos na sociedade civil e entre formadores de opinião – o que, ironicamente, inclui muitos dos que deveriam estar na linha de frente da batalha pela liberdade de expressão.

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal merece um capítulo à parte nesta história da erosão da liberdade de expressão no país. Seus inquéritos claramente abusivos, além de violarem formalmente uma série de outros princípios, como a ampla defesa, são marcados pela mais completa confusão conceitual – não apenas a manifestação de opiniões e a exposição de ideias se transformam em fake



news (expressão que deveria descrever apenas afirmações factuais errôneas), como críticas legítimas são transformadas em injúrias e em outra palavra da moda, “ataques”, que são criminalizados e sujeitam seus autores a punições que vão da desmonetização e suspensão de perfis até a prisão.

Outra frente de demolição da liberdade de expressão, e que também conta com participação importante do STF, é a criação de tabus, assuntos que já não podem ser discutidos. A equiparação da homofobia ao racismo, graças a decisão de 2019 do Supremo, é um desses casos, em que a incapacidade dos ministros de distinguir entre duas situações diversas levou a um vácuo legal, do qual a militância identitária se aproveita para perseguir judicialmente brasileiros por críticas a comportamentos – classificadas como “discurso de ódio” –, em um tipo de repressão que nenhuma sociedade democrática madura aceitaria. E, quando a perseguição não ocorre pela via institucional, ela vem pela chamada “cultura do cancelamento”, em que milícias digitais organizadas, ou surgidas no



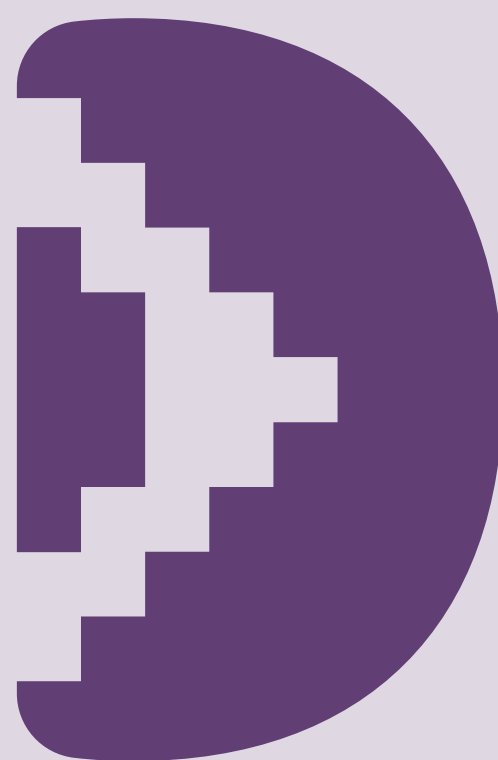


calor do momento, buscam transformar em um inferno a vida de quem quer que ouse contrariar o politicamente correto.

A recuperação da liberdade de expressão no Brasil passa por um Supremo Tribunal Federal que tenha ministros efetivamente capazes de diferenciar discursos e entender corretamente quais deles são passíveis de responsabilização jurídica e quais deles devem ter livre trânsito; por parlamentares que tenham a coragem de servir de contrapeso aos desmandos de membros do STF que insistam na pretensão de serem “editores” da sociedade, na infeliz expressão de Dias Toffoli; por um marco legal para a atuação das Big Techs que impeça arbitrariedades; por autoridades que recuperem a importância da civilidade diante das divergências, servindo de exemplo para que também a sociedade saiba elevar o nível de seus debates. A mentira, a calúnia, a injúria, o preconceito e o ódio não devem ter lugar em nosso país; mas o combate a tais atitudes, seja pela repressão legal (quando for o caso), seja pela condenação social, não pode ja-



mais servir de pretexto para se coibir o livre fluxo de ideias e o direito de criticar e questionar.



**1.4.**

**FORTALECIMENTO  
DA CULTURA  
DEMOCRÁTICA**



No ano passado, as manifestações do dia 7 de setembro foram tachadas por muitos formadores de opinião e meios de comunicação de “antidemocráticas”. Inicialmente, essa classificação não foi de todo imerecida: nas convocações via redes sociais que precederam o evento, houve, por exemplo, quem defendesse a invasão do Congresso e do Supremo ao chamar o povo às ruas. Mas, ao final, um clima pacífico e de respeito à democracia prevaleceu nos protestos. Ainda assim, o título de “atos antidemocráticos” acabou vingando posteriormente em grande parte dos meios de comunicação e no discurso de autoridades públicas, como se o desprezo à democracia realmente tivesse sido a tônica das manifestações.

No dia 8 de setembro de 2021, na esteira dos atos do dia 7, caminhoneiros começaram a bloquear estradas no Brasil para apoiar reivindicações semelhantes às dos manifestantes do dia anterior, além de causas próprias, como a redução nos impostos sobre combustíveis e a melhoria das condições das estradas. Para defender suas bandeiras, os cami-





nhoneiros não consideraram o impacto negativo na vida de milhões de brasileiros, ao violarem o direito de ir e vir e ameaçar o país de desabastecimento de insumos básicos em plena crise da pandemia.

Os acontecimentos de setembro do ano passado revelaram diferentes matizes de um grave problema nacional: a ausência de cultura democrática. É cada vez menos clara para alguns brasileiros, em primeiro lugar, a gravidade de ameaças à democracia, que podem fragilizar a única forma de governo que respeita plenamente a dignidade humana; depois, que a violação de direitos alheios jamais é instrumento legítimo para qualquer reivindicação, por mais nobre ou justa que ela possa parecer; e, finalmente, que distribuir levianamente a adversários políticos a pecha de “antidemocráticos” é um desserviço à democracia.

O primeiro desses fatos, sobre a gravidade das ameaças à democracia, sempre foi relativizado por setores mais radicais da esquerda, tradicional-



mente coniventes com a ideia de colocar causas ideológicas acima da valorização da dignidade de cada pessoa; mas, infelizmente, também parece estar ficando menos evidente para o segmento da sociedade que costuma ser classificado como conservador. Embora sejam poucos os que cheguem a defender um golpe de Estado, percebe-se entre os conservadores uma atmosfera de ceticismo em relação à capacidade do regime democrático de contribuir para uma sociedade melhor, que favoreça o pleno desenvolvimento das potencialidades do ser humano. Tal engano só pode ser consequência de um entendimento pobre da democracia.

Não houve, na história da humanidade, nenhuma forma de governo mais capaz de salvaguardar valores tão caros a esse grupo, como a defesa da vida, a importância da família e as liberdades individuais. A democracia tem como fundamento o valor inestimável de cada vida humana; ao mesmo tempo, reconhece certos direitos inalienáveis sobre os quais o projeto da maioria nunca pode avançar. É verdade que a atual situação das demo-



cracias no mundo pode testemunhar o contrário, em muitos casos. Mas isso se deve justamente à crise da autêntica cultura democrática, e não a um problema presente na essência da democracia.

Uma transformação desejável para o Brasil nos próximos anos é o fortalecimento da cultura democrática. A existência de elementos como eleições periódicas e independência entre poderes, por si só, é insuficiente para se dizer que o país tenha uma democracia sólida e madura. São os cidadãos que formam as instituições democráticas, e é preciso que eles estejam convencidos dos valores que constroem uma sociedade justa.

Ao longo dos últimos anos, segmentos influentes na sociedade mudaram radicalmente sua visão sobre questões que, há não muito tempo, desfrutavam de grande consenso. Foi comum ver relativizada, por exemplo, a importância da liberdade de expressão e do combate à corrupção. Também se insinuou com frequência, como já apontamos, a tentação de soluções revolucioná-



rias e antidemocráticas para corrigir defeitos das instituições. Em todos esses casos, há um mesmo problema de fundo: o temor quase neurótico de que grupos políticos adversários ganhem prevalência na sociedade.

Para o bem da democracia, nos próximos anos, precisamos reasentar no Brasil algumas convicções básicas sobre o que nos pode unir mesmo nas diferenças. É preciso recordar, sobretudo, a importância de colocar o bem comum acima de conveniências individuais. Relativizar a importância da honestidade, das liberdades individuais e da própria ordem constitucional em nome de bandeiras políticas é abrir as portas para que o poder seja assaltado por tiranos.

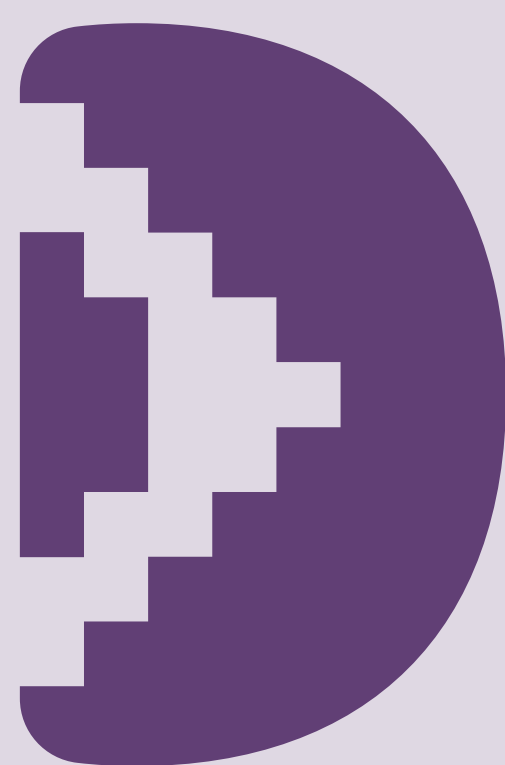
Mas um assentimento abstrato a certos valores democráticos não é suficiente. O fundamento da democracia é a confiança no valor intrínseco de cada pessoa. Por isso, não há cultura democrática sem valorização de todas as vidas, especialmente das mais frágeis e socialmente marginalizadas. Tam-





bém é antidemocrática a atitude de colocar convicções políticas acima do respeito pela pessoa. O crescimento da cultura democrática no Brasil depende não só de uma mudança de mentalidade daqueles que detêm cargos políticos ou participam mais ativamente da vida pública, mas também de uma transformação nas relações interpessoais, que precisam estar pautadas por lealdade e confiança mesmo em meio a grandes divergências de ideias.





**1.5.**  
**RESPEITO**  
**AOS PAPÉIS**  
**INSTITUCIONAIS DE**  
**CADA PODER**



Diz a Constituição que os três poderes da República são “independentes e harmônicos entre si”, mas, se há algo que se tornou difícil de encontrar nos últimos tempos, é essa independência e harmonia entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Da troca de insultos à interferência pura e simples, parece que se perdeu completamente a noção de que o governo é um trabalho coletivo, em que eventuais divergências a respeito de como determinados assuntos devem ser conduzidos não justificam a confusão total sobre o papel de cada poder na ordem democrática.

A cultura de desconfiança que se instalou no país nos últimos anos deixou a tripartição de poderes “à brasileira” completamente disfuncional. O Poder Judiciário, por exemplo, assumiu um protagonismo na vida política nacional que não corresponde à sua função, especialmente quando se trata do Supremo Tribunal Federal (STF), o guardião da Constituição. Não falamos apenas do hábito dos ministros de falarem com frequência “fora dos autos”, em inúmeras entrevistas e pa-



lestras nas quais dão suas opiniões sobre praticamente tudo, mas do uso de decisões judiciais para fazer “avançar a história”, como defende o ministro Luís Roberto Barroso.

Assim, o Judiciário faz as vezes de Legislativo, como quando inventa crimes – foi o caso da equiparação da homofobia ao racismo – ou quando cria exigências ausentes da Constituição, como a necessidade de aprovação de lei para toda privatização, embora a Carta Magna só preveja tal necessidade para o estabelecimento de uma companhia pública, não para sua venda. Ou, ainda, toma o lugar do Executivo quando define política tributária ou sanitária. Mais recentemente, a corte começou até mesmo a agir por conta própria, como no caso do abusivo inquérito das fake news, deixando de lado o princípio segundo o qual o Judiciário só age quando provocado, ao contrário dos outros dois poderes.

E mesmo essa “provocação” tem seus limites, como afirmou o ministro Luiz Fux quando tomou



posse na presidência do STF. Naquela ocasião, ele criticou a frequência com que atores políticos buscavam o Supremo para resolver controvérsias cuja discussão deveria se dar no campo político, não jurídico. É comum que partidos nanicos, com bancada minúscula, reflexo de sua baixa representatividade, recorram ao STF para conseguir no Judiciário aquilo para o qual não têm votos no parlamento. Mas, se isso se tornou um hábito, foi apenas porque os ministros do Supremo se dedicaram com gosto a esse papel – e continuaram assim mesmo depois do puxão de orelhas de Fux.

No entanto, a resposta do Poder Executivo sob o atual governo tem servido apenas para acentuar a disfuncionalidade. O Supremo se tornou alvo de ataques e ameaças que foram muito além da crítica veemente, que é um direito dos governantes e que seria plenamente justificada, dado o comportamento recente da corte. Desde a referência ao “cabo e soldado” feita por Eduardo Bolsonaro ainda antes do segundo turno das eleições de 2018 até as insinuações de desrespeito a decisões judiciais





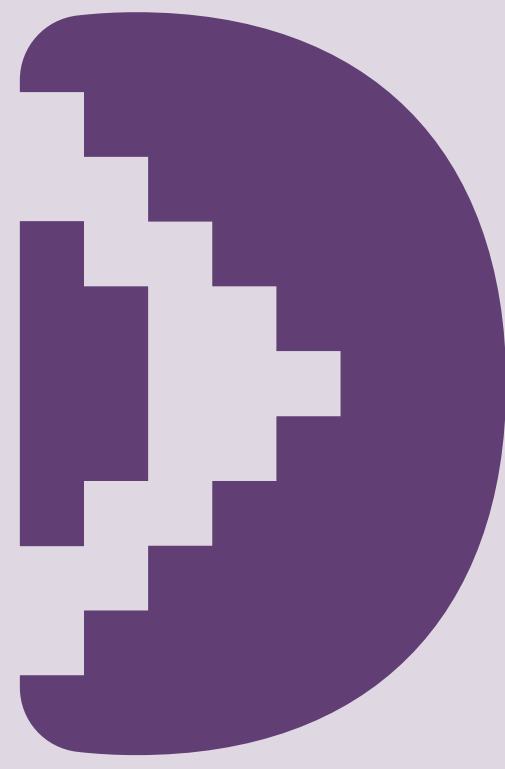
e referências a “ultimatos” ao STF por meio de manifestações populares, raras têm sido as ocasiões de necessária distensão; a retórica do confronto tem prevalecido de forma muito preocupante.

Não basta ao Executivo, no entanto, que apenas reveja sua retórica em resposta a excessos do Judiciário. É urgente que o presidente da República e seus ministros recuperem seu papel fundamental de coordenação geral na definição e aplicação de políticas públicas – um papel, por exemplo, de que o Executivo federal praticamente abriu mão durante a pandemia de Covid-19, alegando (erroneamente) que o STF lhe havia retirado todo o poder, delegando-o a estados e municípios. Já o Legislativo tem a obrigação de escolher bem suas prioridades, combinando tanto a pauta do governo escolhido pela maioria da população quanto outros projetos que sejam essenciais para a nação, em vez de priorizar interesses corporativistas ou os próprios privilégios, como tem ocorrido no caso das emendas de relator, ou do bilionário fundo eleitoral.





O respeito ao papel institucional de cada poder exige, primeiro, um olhar para dentro: cada um tem de saber o que pode ou não fazer. Ministros do Supremo, por exemplo, não são “editores de um país inteiro”, não são legisladores, nem formuladores de política pública. Depois, exige consciência sobre a forma de se resolver divergências dentro de uma democracia – não pela brava-ta, nem pela ameaça, nem pelo “tapetão”, mas pelo diálogo e, quando necessário, pelo sistema de freios e contrapesos, que já prevê meios suficientes de interação entre os poderes para impedir que um deles se torne um “superpoder”. O país precisa de representantes eleitos no Legislativo e no Executivo – que, por sua vez, escolhem e aprovam os membros dos altos escalões do Judiciário – que, mesmo discordando entre si sobre temas importantes, estejam comprometidos com o bom funcionamento da tripartição de poderes.



# 1.6. COMBATE À CORRUPÇÃO



Em meados da década de 2010, uma onda de moralização da política tomou conta do Brasil, engajando a sociedade civil, a imprensa e autoridades do poder público. A intolerância com a corrupção teve muitos resultados concretos: a condenação de dezenas de envolvidos em desvios, a recuperação de bilhões de reais para os cofres públicos e uma mudança no perfil de casas legislativas pelo país.

Mas esse entusiasmo contra a corrupção foi prematuramente aniquilado por instâncias de todos os poderes da República. Destruiu-se paulatinamente o legado da operação Lava Jato com decisões do Supremo e alguns projetos de lei aprovados no Congresso e sancionados pelo Planalto. Criminosos se tornaram vítimas, e os procuradores e juízes responsáveis por um trabalho corajoso e histórico contra os corruptos acabaram sendo acusados de abuso de poder, senão de serem eles mesmos criminosos.

Mais do que isso, a narrativa sobre a corrupção sofreu um desvirtuamento na opinião pública. O que



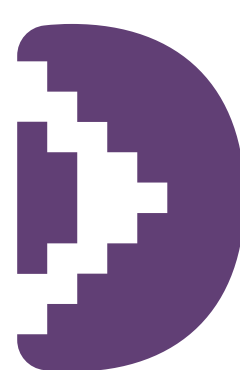
se considerava inaceitável de forma quase unânime é hoje relativizado em nome de preferências políticas. É comum ouvir que a necessidade de derrotar certos grupos políticos justifica a tolerância com a corrupção, como se os corruptos fossem a única alternativa real ao triunfo de ideias adversárias.

Foi essa triste mudança repentina de paradigma que levou a Gazeta do Povo a lançar uma campanha, em 2021, para recordar a população brasileira sobre a importância do combate à corrupção. As eleições de 2022 serão um teste de memória para o brasileiro. Como afirmamos em algumas ocasiões, a resposta contra a corrupção não veio de cima para baixo, mas é preciso demonstrar às autoridades que ela pode vir de baixo para cima.

Uma vitória do povo seria eleger um Congresso que, nos próximos anos, legislasse para reverter decisões do Judiciário que minaram o combate à corrupção. É preciso, por exemplo, restringir o direito ao foro privilegiado, que não pode mais con-

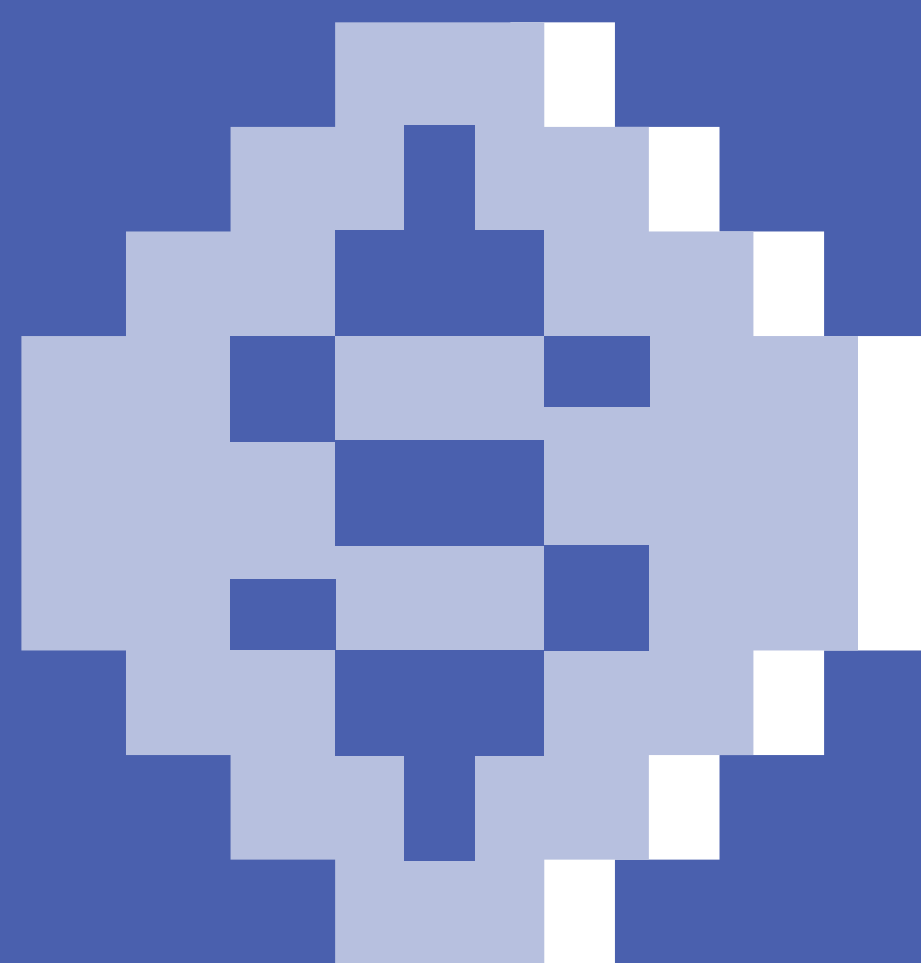


templar todos os políticos. Também é necessário reverter pela via legislativa a decisão do STF contra a prisão após condenação em segunda instância. A aprovação de emendas constitucionais e leis nesse sentido dependerá, é claro, de uma pressão constante da sociedade civil, que precisará recuperar algo do fervor por essa pauta que marcou os meados da década de 2010.





VOLTAR AO  
ÍNDICE



## 2. REVITALIZAR A

# ECO NO MIA



A economia, no Brasil, é um caso curioso, em que o grande problema não é a falta de diagnósticos acertados, mas de iniciativa para fazer o que já se sabe ser o certo. O passado recente – e não tão recente – já mostrou o que não funciona, como protagonismo ou exclusividade do Estado como motor da economia, intervencionismo, controle de preços, burocracia e protecionismo, enquanto a experiência tanto brasileira quanto internacional também atesta os bons resultados de uma série de outras políticas e reformas. O próximo governo terá um trabalho árduo pela frente se quiser que o Brasil finalmente decole para voos mais altos e longos, em vez dos tradicionais voos de galinha que vêm caracterizando o país nas últimas quatro décadas. Isso não acontecerá sem um robusto e ambicioso projeto de desenvolvimento para o Brasil.

De início, é preciso manter tudo aquilo que já foi conquistado, especialmente nos últimos seis anos. O teto de gastos, por exemplo, uma importante ferramenta de controle da despesa pública, está sob forte ataque de quem deseja eliminá-lo ou des-



moralizá-lo, contornando as regras legais. O próximo governo deve ter um compromisso firme com o ajuste fiscal, incluindo a manutenção do teto e da reforma da Previdência, realizada a duras penas em 2019. Outro avanço que não pode ser desfeito é a reforma trabalhista de 2017, que modernizou e trouxe mais segurança jurídica para as relações de trabalho. Mas, em termos de reformas, o Brasil necessita de muito mais.

As reformas administrativa e tributária caminharam muito pouco nos últimos anos, mas são essenciais e precisam, finalmente, sair do papel. O manicômio tributário nacional engole tempo e energia que as empresas poderiam estar usando para crescer; além disso, ele é mal balanceado, onerando demais a produção e o consumo, o que prejudica especialmente os mais pobres. E uma reestruturação do serviço público, eliminando distorções e privilégios, aplicando metas de desempenho e avaliações, é primordial não apenas para reduzir o inchaço da folha de pagamento estatal, mas também para proporcionar serviços melhores



à população.

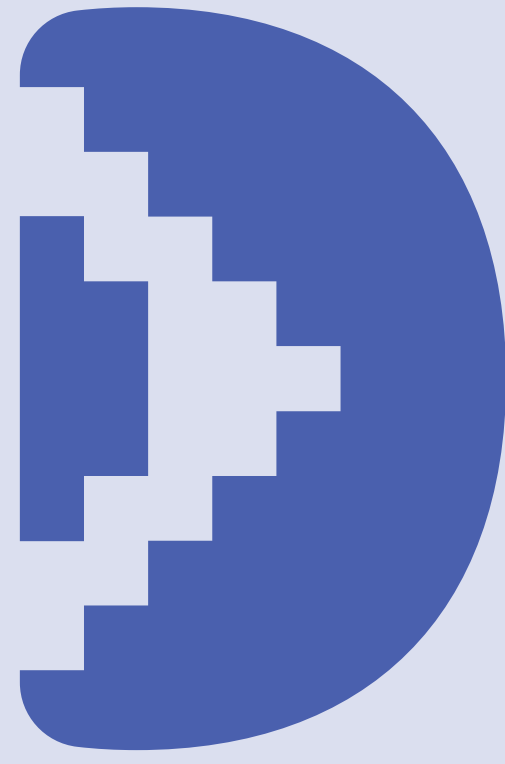
Um governo realmente interessado no crescimento do país precisa deixar a iniciativa privada trabalhar; não pode pretender (re)tomar as rédeas da atividade econômica, seja pela ação direta, seja atrapalhando o setor privado com amarras indevidas. Mais e melhores concessões de infraestrutura, novos marcos regulatórios para os setores que ainda não foram contemplados – e segurança jurídica para os investimentos que estão para vir em áreas como ferrovias e saneamento –, mais liberdade econômica (avançando ainda mais em relação à importantíssima lei de 2019), incentivo ao empreendedorismo e à inovação, e as tão esperadas privatizações também precisam estar nos planos do vencedor do pleito de outubro.

Se forem preenchidas essas condições para o crescimento econômico – ajuste fiscal para dar solidez à moeda, reformas macroeconômicas, desburocratização, liberdade econômica e reforço do papel da iniciativa privada –, o país tem tudo para



atingir uma meta que precisa estar no radar dos governos em todas as esferas: a conquista do pleno emprego, definido não como a situação em que absolutamente toda pessoa está empregada, pois isso é impossível por várias razões, mas aquela em que as pessoas interessadas em encontrar trabalho terão grande chance de se colocar no mercado, o que corresponderia a uma taxa de desocupação entre 3% e 6%, segundo a maioria dos economistas. A prosperidade de um país é a prosperidade de seus cidadãos, livres para trabalhar e empreender, colocando seus talentos a serviço do bem comum sem amarras.





# 2.1.

# PROJETO PARA O PAÍS



O Brasil nunca foi um país rico, mas o que ocorreu em termos econômicos desde meados da década passada comprova que, ainda que não esteja necessariamente fadado ao fracasso, o país tampouco alcançará o sucesso sem a ousadia de promover profundas transformações, que exigirão tempo, paciência e persistência.

Nossa economia ainda não havia se recuperado da recessão de 2015-16 quando foi abatida, em voo baixo, pela pandemia de coronavírus. Por mais rápido que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha se recuperado dos impactos da crise do vírus, o cenário ainda é desolador.

Na divisão da geração de riquezas pelo número de habitantes, o PIB per capita chegou a R\$ 40,7 mil em 2021. Maior que nos piores momentos dos últimos anos, mas menor que em 2010, quando o indicador era de R\$ 41,5 mil por pessoa, em valores atualizados. Na média, somos mais pobres hoje do que 12 anos atrás.



Mais dramática é a comparação com outros países. Por muito tempo o brasileiro teve renda média pouco superior à mundial, mas de 2015 para cá a relação se inverteu, e vem piorando. Considerando a paridade do poder de compra, o PIB brasileiro per capita foi de US\$ 14,8 mil em 2020, 13% abaixo da média global (US\$ 15,6 mil), segundo os dados mais recentes do Banco Mundial.

Se em 1990 o PIB por habitante do Brasil equivalia a 80% do sul-coreano, três décadas depois ele correspondia a apenas um terço. Também em 1990, o indicador do Brasil equivalia a uma vez e meia o do Chile; na medição mais recente, o número brasileiro correspondia a 59% do chileno.

Não é difícil entender por que tantas pessoas optaram por deixar o país – o número de brasileiros morando no exterior aumentou 35% em uma década, chegando a 4,2 milhões em 2020.

Padecemos de um crônico atraso econômico, político e social. O Estado brasileiro é um mastodon-



te infectado por instabilidade política, corrupção e leis confusas e mutantes. Um ser que vive de altos impostos, intervém na vida de pessoas e empresas e oferece serviços públicos de baixa qualidade. Não admira que poucos se sintam seguros para viver e empreender por aqui. Tampouco espanta que, certos ou errados, exagerados ou não, tantos acreditem que o baixo crescimento econômico e a vida política imoral e corrupta façam parte da essência do país – e que portanto ele não vai mudar, muito menos dar certo.

Por mais que alguns ainda recorram à surrada (e falsa) explicação de que a culpa de nosso atraso está lá fora, em alguma superpotência ou conluio de nações inimigas, a verdade é que o Brasil é seu maior inimigo e se boicota há décadas.

Sair desse estado não é questão de poucos anos. Não é tarefa para um mandato. É preciso, antes de mais nada, fazer um diagnóstico correto dos problemas, e então elaborar um projeto com visão de médio e longo prazo. Cabe à população, às lideran-



ças e, mais precisamente, aos eleitores cobrar dos candidatos que expliquem suas ideias e propostas para tirar o país do marasmo – e não apenas para provocar um pequeno surto de crescimento capaz de garantir a eleição seguinte.

Não há saída fácil. Mas entendemos que ela passa por uma série de medidas que, em comum, têm a capacidade de elevar a produtividade do país. Pois não existe crescimento da renda média nem do padrão de vida sem que haja um aumento na quantidade de riquezas produzida por trabalhador, por máquina, por real investido.

Por muitas décadas o país cresceu incorporando novos trabalhadores. Foi o aumento da população e, conseqüentemente, da mão de obra que elevaram a produção nacional. Esse tempo passou. Hoje a população dependente (crianças e, principalmente, idosos) cresce mais rápido que a população em idade produtiva; por isso, esta terá de produzir cada vez mais para sustentar a si e às demais.





Como o desemprego é elevado, ainda há espaço para elevar a geração de riquezas com o uso do contingente ocioso – assim, é claro, que houver demanda para tanto. Mas é uma margem pequena, e incapaz de nos tirar do subdesenvolvimento.

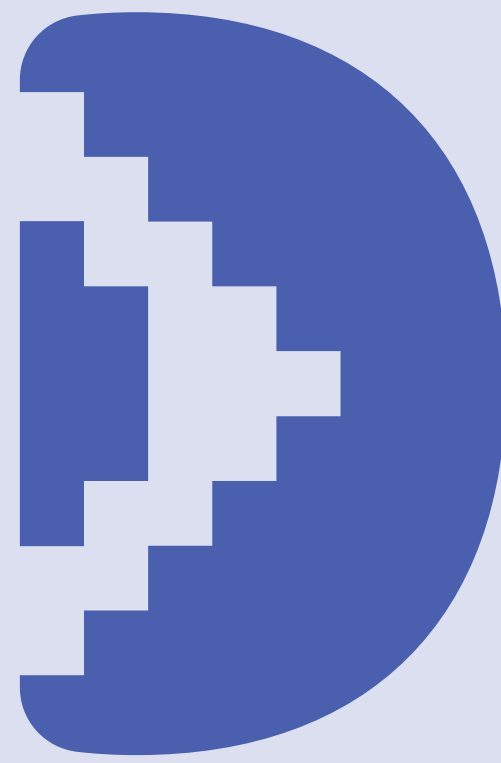
Em nossa visão, o aumento da produtividade depende essencialmente de: redução na burocracia para empreender; ampliação do investimento em infraestrutura, em especial privado; um vigoroso movimento de privatização de estatais; abertura comercial, com assinatura de acordos com outros países e blocos econômicos e redução de tarifas de importação; uma reforma administrativa, para tornar a máquina pública mais enxuta e eficiente; e uma reforma tributária, para simplificar o pagamento de impostos e reduzir a carga de tributos sobre produção e consumo, deslocando-a para renda e patrimônio.

Mesmo isolados, esses fatores já levariam a grandes avanços; juntos, têm o potencial de elevar o país a outro patamar de desenvolvimento. Porém,



nada disso será suficiente se o país não fizer uma aposta firme e persistente na melhora da qualidade da educação. Sem um aumento da escolaridade e dos níveis de aprendizado de nossos jovens, não haverá como enfrentar os desafios impostos desde já pelas novas formas de consumir e produzir riqueza. Se já estávamos atrasados para uma economia mais analógica, ainda mais delicada é nossa posição em meio ao rápido avanço da digitalização.

Como se vê, é um trabalho que demanda visão, disposição e, principalmente, capacidade de convencimento. É preciso que todos conheçam a importância de trilhar juntos esse caminho, que será longo e repleto de obstáculos, com as forças do atraso sempre à espreita.



**2.2.**

**MINIRREFORMA:  
DESBUROCRATIZAÇÃO**



“É imperioso que o novo governo retome vigorosamente a bandeira da desburocratização do Brasil (...) É certo que estamos diante de um processo muito antigo, com raízes profundas em nosso passado colonial, que não deve ser debitado ao atual governo, nem aos que o precederam. Mas é imperioso que se dê início à sua reversão.”

Por atuais que pareçam, essas palavras têm mais de quatro décadas. São do economista Hélio Beltrão em julho de 1979, em palestra a integrantes do primeiro escalão da prefeitura do Rio de Janeiro. Ministro do Planejamento por dois anos no fim da década anterior, Beltrão vinha insistindo na necessidade de o Estado eliminar a “asfixia burocrática” e “retornar às suas fronteiras”. Em palestras e entrevistas, Beltrão dizia que “a iniciativa privada é uma ilha cercada de governo por todos os lados” e que este vinha interferindo em setores da atividade humana que caminhariam melhor sozinhos.

Sabe-se há muito tempo que o estabelecimento de um ambiente de negócios amigável, com regras



simples e previsíveis, segurança jurídica e facilidade para empreender é fundamental para que o setor privado – o verdadeiro motor do crescimento econômico – possa gerar emprego e renda. Mas o país ainda tem muito o que fazer para tirar as amarras de quem produz riqueza e finalmente abandonar o estigma de Estado cartorial.

Semanas depois daquela palestra no Rio, Beltrão seria nomeado ministro da Desburocratização do governo de João Figueiredo, encarregado de executar o Programa Nacional de Desburocratização. O objetivo: reduzir a interferência do Estado “na atividade do cidadão e do empresário, e abreviar a solução dos casos em que essa interferência é necessária”. Uma das decisões do ministro foi retomar uma antiga e esquecida resolução que eliminava o reconhecimento de firma em documentos exigidos por órgãos federais.

Beltrão ficou quatro anos no cargo, teve dois sucessores e o Ministério da Desburocratização foi extinto em 1986. À exceção de Itamar Franco, to-





dos os presidentes da redemocratização adotaram alguma iniciativa para reduzir a burocracia. E nem por isso os brasileiros podem, tanto tempo depois, se considerar plenamente livres para trabalhar, empreender, exercer suas aptidões.

Exemplo disso é que, em 2017, dentre um conjunto de iniciativas para simplificar o atendimento aos “usuários dos serviços públicos”, um decreto do então presidente Michel Temer teve de ratificar – 38 anos após a iniciativa de Hélio Beltrão – a dispensa do reconhecimento de firma e autenticação de cópia em documentos destinados a “fazer prova” a órgãos do Executivo federal. A exceção é “se existir dúvida fundada quanto à autenticidade ou previsão legal”, subjetividade que mantém a brecha para arbitrariedades.

O monstro indomável de leis, normas e regras do país se alimenta da presunção de má-fé, da ideia de que o cidadão pretende, antes de mais nada, ludibriar e tirar vantagem. Incapaz de tratar adequadamente os infratores, o Estado introduz mais



e mais controles, prejudicando quem busca fazer o certo e erguendo obstáculos ao crescimento econômico, ao desenvolvimento social e à melhoria do padrão de vida da população.

Na última edição do extinto relatório Doing Business, publicada em 2019 pelo Banco Mundial, o Brasil ocupou a 124.<sup>a</sup> posição dentre 190 países no ranking de facilidade para fazer negócios, com classificações ainda piores em quesitos como registro de propriedades (133.<sup>o</sup> lugar), abertura de empresas (138.<sup>o</sup>), obtenção de alvarás de construção (170.<sup>o</sup>) e pagamento de impostos (184.<sup>o</sup>).

O Doing Business foi encerrado pelo Banco Mundial, e o governo de Jair Bolsonaro argumenta que as melhorias implantadas de 2019 para cá colocariam o país na 65.<sup>a</sup> posição do relatório ao fim de 2021, perto da meta de figurar entre os 50 melhores países para se fazer negócios até o fim de 2022.

De fato, houve avanços. Segundo a última divulgação do Ministério da Economia, o tempo médio



para abrir uma empresa no país caiu quase 70% nos últimos anos, de cinco dias e oito horas, em janeiro de 2019, para um dia e 19 horas, em março de 2022. O avanço se deve à integração digital das Juntas Comerciais dos estados, com um sistema de Balcão Único que unifica a coleta de dados de todas as esferas de governo, e medidas de simplificação como a difusão da assinatura digital pelo portal gov.br.

Ainda em setembro de 2019, foi sancionada a Lei de Liberdade Econômica. Entre outras coisas, ela acaba com a exigência de alvará de funcionamento, sanitário e ambiental para atividades de baixo risco; limita o poder do Estado, com a criação da figura do abuso regulatório; e reafirma princípios do livre mercado.

Muitos entraves, porém, persistem. Empresários argumentam que a Lei de Liberdade Econômica é questionada na Justiça e não garante segurança jurídica para seus negócios. Eles propõem que seus princípios sejam inscritos na Constituição, acima



da legislação ordinária, de forma a garantir sua implementação plena. Um sintoma do surrealismo normativo do país: são necessárias várias camadas de legislação para que pessoas e empresas simplesmente possam trabalhar em paz.

Um dos pais da Lei de Liberdade Econômica, o ex-secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia Paulo Uebel aponta algumas das medidas necessárias para os próximos anos:

- **Criar “balcões únicos” de atendimento (online e presenciais), para que o cidadão possa resolver tudo em um único endereço;**
- **Garantir a interoperabilidade de sistemas do Poder Público, para que o cidadão não precise fornecer a mesma informação em diversos lugares;**
- **Definir prazos para atendimento em todos os órgãos públicos, com uma norma geral para**





**aqueles que não especificarem prazo diferente;**

- **Adotar a assinatura eletrônica do portal gov.br em todas as interações do cidadão com o Poder Público;**
- **Adotar meios de pagamento digitais (inclusive Pix) para todos os pagamentos ao Poder Público, sem necessidade de comparecimento a guichês;**
- **Exigir que obrigações acessórias estejam previstas em lei, de modo a não serem criadas por ato infralegal.**

O rol tem outras sugestões e, entre elas, chama atenção a necessidade de finalmente pôr em prática aquilo que já se tentou tantas vezes nas últimas décadas: acabar com toda e qualquer exigência de reconhecimento de firma e de cópias autenticadas, substituindo por declaração de próprio punho.

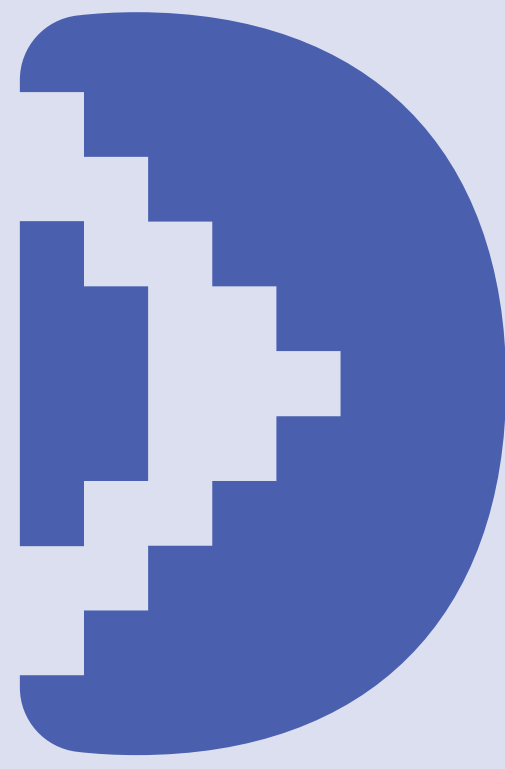




Nenhum esforço para reduzir a burocracia, porém, estará completo sem uma reforma tributária que não apenas altere a estrutura de impostos do país, mas que também simplifique as chamadas obrigações acessórias do contribuinte.

A edição de regras tributárias é um esporte nacional: desde a Constituição de 1988, os governos de todas as esferas já editaram mais de 443 mil normas fiscais, uma média de 53 por dia útil, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). Numa prova da afluente rotatividade da legislação, em que uma regra substitui a anterior para logo ser renovada por outra, somente 4,6 mil dessas estão em vigor.

Uma simplificação nessa área liberaria tempo, dinheiro e recursos humanos nas empresas e no próprio Estado, que assim poderiam se concentrar em seus objetivos mais importantes.



**2.3.**

**INOVAÇÃO,  
TECNOLOGIA E  
EMPREENDEDORISMO**



O aumento na renda e a melhora na qualidade de vida da população dependem em grande parte do crescimento da produtividade, isto é, da quantidade de riqueza que cada um consegue produzir. E esse avanço é indissociável da inovação, da tecnologia, do empreendedorismo. Apesar de algum progresso nos últimos anos, o Brasil ainda tem muito por fazer nesse campo.

Adotar a inovação como estratégia de crescimento se reverte em benefícios como geração de empregos, distribuição de renda e crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como provam as experiências de países como Alemanha e Coreia do Sul. Nesta última, vale lembrar, a produtividade do trabalho em 1960 equivalia a 60% da brasileira. Trinta anos depois os indicadores dos dois países se equipararam, e hoje cada trabalhador sul-coreano produz, em média, mais que o dobro de um brasileiro.

Um possível termômetro do investimento em inovação é o recurso que governo e empresas desti-



nam a pesquisa e desenvolvimento (P&D). Os dados mais recentes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) indicam que, em 2019, o Brasil investiu o equivalente a 1,21% do Produto Interno Bruto (PIB) em P&D, na soma de empresas e setor público. Um índice razoável em comparação ao histórico do país – foi o quarto maior da série iniciada em 2000 – mas muito distante de referências como Israel (4,9% do PIB), Coreia do Sul (4,6%), Estados Unidos (3,1%) e China (2,2%).

A inovação é importante porque, sem ela, não existe o movimento incessante e a permanente evolução que, como dizia o economista Joseph Schumpeter, são inerentes ao capitalismo. E, num sistema econômico que está sempre destruindo elementos velhos e criando novos, o empreendedor é peça fundamental: é ele quem rompe o equilíbrio, quem introduz uma nova dinâmica e perturba o sistema estabelecido.

Para permitir o constante desenvolvimento de produtos e processos inovadores, portanto, o estímulo-



lo ao empreendedorismo e ao risco é vital. A cada lei, iniciativa e política pública, governantes e legisladores deveriam questionar o que sua ação está fazendo para incentivar as pessoas a usar sua força de trabalho de forma mais criativa e investir em soluções inovadoras para os problemas que as cercam.

No Brasil, talvez nenhum estímulo seja tão importante quanto remover os “desestímulos” existentes. Empreender por aqui é tarefa hercúlea: o sistema tributário é insano, a burocracia é imensa, a legislação trabalhista é engessada mesmo após a reforma de 2017, a infraestrutura é precária, a abertura ao comércio exterior é baixa e a qualificação do trabalhador deixa a desejar.

Dificultar a vida do empreendedor, como é óbvio, significa desperdiçar oportunidades de gerar emprego e renda. Precisamos, portanto, de um ambiente de negócios mais arejado e uma burocracia menos sufocante. Em outras palavras, precisamos tirar o Estado do caminho de quem produz riqueza.





Além de geralmente configurar um obstáculo para os negócios, o Estado tem cada vez mais dificuldades para investir ele próprio em inovação. Com o orçamento asfixiado por despesas obrigatórias, sobra cada vez menos dinheiro para todo tipo de investimento público, incluindo o dispêndio em pesquisa e desenvolvimento: segundo o MCTI, os desembolsos dos governos nessa área declinaram por quatro anos seguidos até 2019, último dado disponível.

Há que se reconhecer que o atual governo fez avanços importantes no estímulo ao empreendedorismo. Exemplos disso são a Lei de Liberdade Econômica (que entre outras coisas elimina alvará de funcionamento, sanitário e ambiental para atividades de baixo risco e cria a figura do abuso regulatório, a fim de proteger o empreendedor de excessos de autoridades); a digitalização de serviços públicos e a redução na burocracia para a abertura de empresas, cujo tempo médio caiu quase 70%; e a aprovação de novos marcos regulatórios que estimulam a participação privada.



Um desses marcos é o das startups, sancionado em 2021. A nova legislação permite, por exemplo, que os chamados “investidores-anjo” invistam nas empresas sem se tornarem sócios delas, de forma que ficam livres de obrigações tributárias e dívidas caso aquele negócio não prospere. O marco também criou uma espécie de ambiente regulatório experimental, que simplifica autorizações para a testagem de produtos, tecnologias e serviços. E facilitou a contratação, por parte dos governos, de soluções experimentais de startups, em caráter de teste.

O marco, porém, também causou frustração na comunidade de startups. Ele não equiparou investimentos nessas empresas a aplicações isentas de Imposto de Renda, como são os fundos imobiliários, as LCIs (Letras de Crédito Imobiliário) e as LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio). E também não facilitou o repasse de ações das empresas para seus funcionários, o que o setor vê como fundamental para a retenção de talentos. Assim, as startups que oferecem as “stock options” conti-



nuarão sendo tributadas como se essas ações fossem uma remuneração.

A evolução do ecossistema de startups nos últimos anos permite vislumbrar o que a adoção de novos incentivos pode fazer pela inovação. Apesar de todas as barreiras que o Brasil impõe aos negócios, o número de empresas desse tipo disparou de 4 mil em 2015 para mais de 14 mil em 2021, segundo a ABStartups, associação do setor. Num intervalo de três anos, o valor investido nelas foi multiplicado por sete, saindo de R\$ 2,9 bilhões em 2017 para R\$ 19,7 bilhões em 2020.

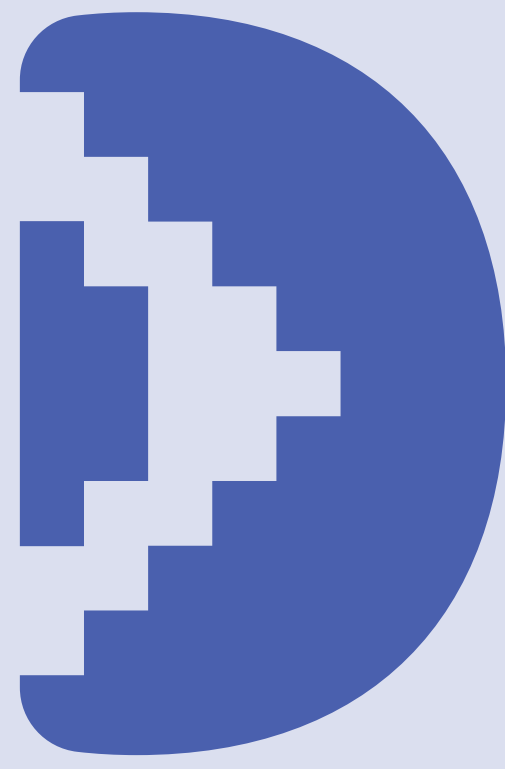
Pesquisa feita com empresas participantes dos programas do Google for Startups revelam uma melhora na percepção do ecossistema empreendedor brasileiro. Entre 2017 e 2020, avançou a avaliação positiva de pilares como suporte, acesso a capital e, principalmente, ambiente regulatório. Com isso, a nota média atribuída ao sistema como um todo aumentou de 1,7 para 4, em uma escala que vai até 10.



Dois pilares, porém, tiveram uma piora na avaliação: acesso a mercado e talentos. Este último é um retrato das fragilidades do ensino no Brasil. Não apenas startups, mas empresas de todo o tipo buscam desesperadamente profissionais de alta qualificação, mas têm dificuldade enorme para preencher as vagas. Em especial aquelas voltadas para profissionais de tecnologia da informação.

Segundo a Brasscom, associação que representa empresas de TI, o déficit de profissionais na área deve beirar os 800 mil até 2025. O ritmo de formação não acompanha a crescente demanda do mercado. É preciso ampliar a oferta de cursos de graduação e extensão em tecnologia, mas não somente: se o país não conseguir aprimorar a formação básica dos estudantes brasileiros, continuará faltando gente capaz de se aprofundar não somente em TI, mas em qualquer área – e aí voltamos ao ponto inicial: será muito difícil elevar a produtividade do país e, por consequência, aumentar a renda e a qualidade de vida.





## 2.4.

# INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA





O desenvolvimento da infraestrutura é indispensável para que o Brasil possa crescer de forma duradoura, a taxas mais elevadas e sem gerar pressões inflacionárias. É fundamental para a atividade produtiva, a atração de investimentos e turistas e o bem-estar dos cidadãos.

Entendemos que, nessa área, o papel adequado para o Estado é o de planejar e regular. Repassar ao setor privado a administração da infraestrutura nada mais é que aplicar o princípio da subsidiariedade e reconhecer o papel da iniciativa privada como o verdadeiro propulsor do desenvolvimento.

Durante muito tempo, o país ficou preso ao conceito ultrapassado de que o Estado deve ser o principal – ou mesmo o único – provedor de infraestrutura. Com muito atraso, essa noção felizmente foi sendo abandonada e o país foi, aos poucos, abrindo espaço para o setor privado.

As primeiras concessões de rodovias datam de 1993, no governo de Itamar Franco. O governo FHC



avançou com as privatizações nas áreas de energia e telecomunicações, além de concessões de ferrovias. O governo Dilma Rousseff deu início às concessões de aeroportos e também fez arrendamentos de terminais portuários. E foi só recentemente, já na gestão de Jair Bolsonaro, que o país decidiu abrir de fato o setor do saneamento para a iniciativa privada.

Os últimos anos têm demonstrado o que a mudança de mentalidade do poder público pode fazer pela infraestrutura do país. A chegada de um governo que efetivamente acredita na iniciativa privada como motor da economia trouxe uma transformação nesse campo, com a realização de leilões de concessão que vão resultar em algumas centenas de bilhões em investimentos em portos, aeroportos, rodovias e ferrovias nos próximos anos.

No caso das estradas de ferro, outro acerto foi o novo marco regulatório, com a adoção do modelo de autorização, mais simples e rápido que as concessões. Apenas nos seis primeiros meses, o go-



verno recebeu cerca de 80 pedidos de autorização para a construção de ferrovias, com investimento potencial superior a R\$ 240 bilhões.

Desde o fim do governo petista, em 2016, o Brasil evoluiu bastante na modelagem de concessões de infraestrutura. O caso dos aeroportos é ilustrativo, com a remoção de obstáculos como a participação obrigatória da estatal Infraero e a adoção do sistema de blocos com vários aeroportos, misturando “joias da coroa” com terminais menores – uma herança do governo Temer que a gestão Bolsonaro soube aproveitar.

A primeira razão para a abertura ao setor privado é o reconhecimento de que o Estado não tem capacidade nem agilidade para melhorar a infraestrutura na velocidade desejada. Muito menos dinheiro. Décadas atrás, quando o Orçamento público ainda não estava completamente sufocado por gastos obrigatórios (como folha de pessoal e aposentadorias), os recursos – mais abundantes que os atuais – com frequência eram desperdiça-



dos por corrupção ou falhas de planejamento ou execução, com monumentos ao desperdício multiplicando-se pelo país. Nos últimos anos, as verbas disponíveis não dão conta nem mesmo de manter as condições do que já existe.

As rodovias são exemplo disso. Nos últimos anos, o investimento público não tem sido suficiente nem para manutenção e adequações, isto é, para evitar que as estradas piorem. Fruto da compressão dos gastos discricionários, em meio ao avanço dos obrigatórios, o Orçamento da União de 2022 reservou originalmente apenas R\$ 4,2 bilhões para investimentos nas rodovias sob gestão federal, sendo que o ideal seria algo próximo de R\$ 12,3 bilhões, estima a Confederação Nacional do Transporte (CNT).

De 2016 a 2020, aponta a CNT, o setor público – em todas as esferas – investiu em média R\$ 163 mil por quilômetro sob sua gestão, ao passo que o setor privado desembolsou mais que o dobro, cerca de R\$ 381 mil por quilômetro concedido.





O resultado dessa discrepância nos investimentos é que, dos 24 mil quilômetros de estradas concedidas ao setor privado, 74,2% têm estado bom ou ótimo, segundo a pesquisa mais recente da CNT, de 2021. Nas rodovias sob gestão pública, que ainda são a grande maioria e somam 85 mil quilômetros, somente 28,2% estão em bom ou ótimo estado.

Apesar das escolhas acertadas feitas pelo governo nos últimos anos, números como os das rodovias mostram que ainda há muito espaço para avançar. O Brasil está apenas começando a recuperar o tempo perdido. O investimento em infraestrutura de transporte ainda precisa crescer – mais que dobrar em relação ao atual, como proporção do PIB – para que o Brasil tenha uma rede considerada moderna daqui a duas décadas.

E um desafio já surge no horizonte: o esgotamento dos empreendimentos mais lucrativos e, portanto, atraentes à iniciativa privada – os chamados “filés”, no jargão do setor. Parte do que não foi leiloadado nas rodovias, por exemplo, são ativos po-





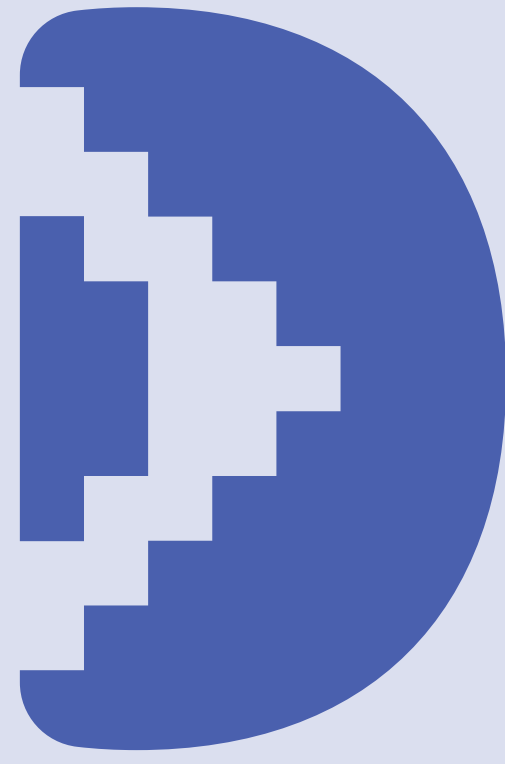
tencialmente deficitários, que dificilmente atrairiam interessados num modelo convencional de leilão. Cabe ao governo encontrar soluções adequadas, dentro de um leque de opções que inclui concessões em blocos (que reúnam ativos lucrativos, os “filés”, com os “ossos”, deficitários) e parcerias público-privadas, entre outras possibilidades.

O país ainda tem de lidar com a “herança maldita” das concessões devolvidas pelas empresas privadas. Baseados em premissas irrealistas de que o país continuaria crescendo a taxas elevadas mesmo sem fazer reformas estruturantes e anabolizado por despesas públicas insustentáveis, editais da era petista superestimaram a demanda futura – que, frustrada ano após ano, gerou receitas muito inferiores às projetadas e inviabilizou os investimentos previstos em contrato.

Se o governo, além de desenhar bons editais e contratos, souber ganhar a confiança do investidor com estabilidade institucional, segurança jurídi-



ca, saúde fiscal e um ambiente de negócios realmente amigável ao investidor, o país será amplamente beneficiado.



## 2.5.

# PRIVATIZAÇÕES



A redução da participação do Estado na economia brasileira é uma questão de princípio e de respeito ao que prega a Constituição. Por isso, o país deve dar sequência à privatização de empresas estatais, iniciada no fim dos anos 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, abandonada nas gestões petistas e retomada – com impulso menor que o prometido – na administração de Jair Bolsonaro.

A Carta Magna é clara em seu artigo 173: salvo exceções previstas no texto constitucional, “a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo”.

Em nosso entendimento, o Estado não deve atuar diretamente na atividade econômica quando a própria iniciativa privada pode fazê-lo com eficiência e qualidade. O que significa que mesmo estatais lucrativas devem ser privatizadas, quando se trata de atividades que podem ser desenvolvidas sem



problemas por empresas privadas.

Defendemos o princípio da subsidiariedade, segundo o qual cada ente, cada cidadão, cada empresa tem de ser livre para agir de acordo com as suas capacidades e ter sua autonomia respeitada. E só quando não conseguir realizar determinada tarefa é que a instância imediatamente superior deve vir em seu socorro.

O que vimos por muito tempo no Brasil, e infelizmente ainda vemos, é o oposto: uma tentativa de fazer com que o Estado seja o grande organizador das atividades humanas, aí incluída a econômica – e, nesse caso, o Estado também assume o papel de principal executor de algumas atividades, como, por exemplo, a produção de petróleo e combustíveis.

Para justificar a violação sistemática da Constituição e do princípio da subsidiariedade, políticos e grupos de interesse historicamente se valeram de discursos de “soberania nacional”, “interesse es-





tratégico” e, em último caso, “patrimônio do povo”.

Este último com frequência vem sustentado por um raciocínio dos mais daninhos, segundo o qual é preciso manter certas empresas sob controle do Estado para que “não se perca” o que foi construído por anos ou décadas com dinheiro do contribuinte. Trata-se de uma tentativa de assegurar que o recurso tirado dos cidadãos continue bancando estatais por tempo indeterminado, pelo simples fato de que as financiou anteriormente.

Felizmente, a revelação da rapinagem promovida pelo lulopetismo nas maiores estatais ajudou a despertar a consciência da população para a diferença entre “patrimônio do povo” e “patrimônio do Estado”. A Petrobras, como se sabe, foi usada para atender a interesses partidários e eleitoreiros e desperdiçou bilhões de reais de seus acionistas – os minoritários e a própria União – por corrupção, maus investimentos e cobrança de preços artificiais para conter a inflação.



Mais recentemente, a disparada das cotações do petróleo, em decorrência da guerra na Ucrânia, reforçou a necessidade de o Estado abandonar a atividade de produzir petróleo e seus derivados. Em vez de se concentrar na busca por outras soluções, o governo, a Petrobras e o país desperdiçaram tempo e recursos preciosos discutindo uma intervenção nos preços da empresa que não só provocaria prejuízos a ela e a seus investidores (entre eles, a própria União) como também poderia arruinar o pouco que já se fez pela abertura desse mercado.

Presas de ideologias ultrapassadas, estatais com poder monopolista contribuíram para atrofiar o setor privado, este sim o verdadeiro motor do desenvolvimento de uma nação. Hoje o país tem 46 empresas sob controle direto da União, para não falar de centenas de subsidiárias, o que em boa parte dos casos altera os padrões normais de concorrência, desincentiva a inovação pela presença de “competidores” em condição privilegiada, inibe a atração de investimentos e estimula a corrupção.



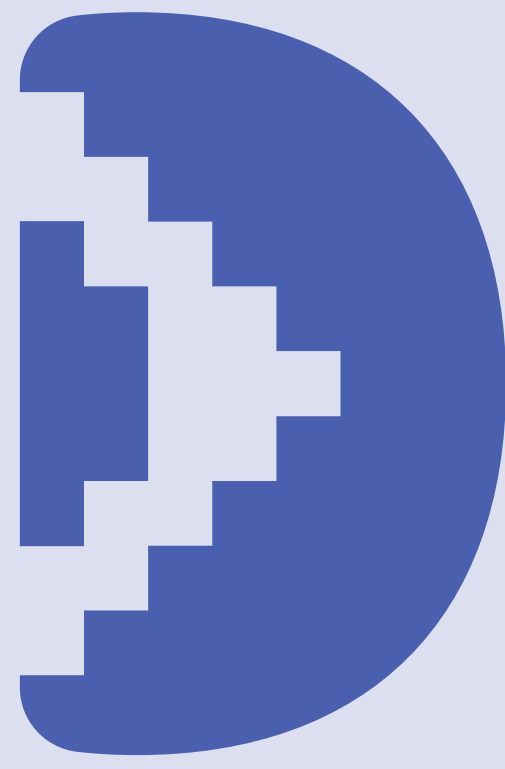
A presença massiva de empresas estatais provoca distorções na alocação dos recursos, tanto públicos quanto privados, o que reduz a eficiência da economia como um todo. Dinheiro privado que poderia ser destinado ao aumento da produtividade, por exemplo, acaba servindo ao atendimento de interesses estatais. E o dinheiro público é usado no socorro de estatais ineficientes, seja na forma de aportes para que sobrevivam à competição do setor privado ou mesmo com o pagamento de despesas do dia a dia, como salários, o que é comum nas estatais classificadas como “dependentes do Tesouro”.

Para além do princípio da subsidiariedade e do respeito à Constituição, há uma questão prática, de necessidade. O Estado simplesmente não tem recursos para se dar ao luxo de sustentar estatais. O crescimento da carga tributária nas últimas décadas não foi acompanhado de um aumento proporcional na qualidade dos serviços prestados ao cidadão. E boa parte da crescente arrecadação foi comprometida com o pagamento de despesas obri-



gatórias, como o pagamento de salários do funcionalismo e aposentadorias.

A consequência é que sobra cada vez menos dinheiro para o investimento público e tarefas fundamentais do Estado, como saúde, educação e segurança. Nesse contexto, é inadmissível continuar destinando recursos do contribuinte a empresas estatais.



# 2.6. ACORDOS COMERCIAIS INTERNACIONAIS





Historicamente avesso à competição, o Brasil tem uma das economias mais fechadas do mundo, o que é um antigo e bem conhecido obstáculo ao desenvolvimento do país.

Ao escrever sobre o assunto, o economista Fabio Giambiagi fez uma analogia com o futebol para ilustrar as consequências desse isolamento: “É como o Flamengo disputar eternamente o campeonato com Madureira, Olaria e Bangu. Não é preciso ser muito perspicaz para concluir que, exposto a este baixo grau de exigência, o time nunca conseguirá ser capaz de vencer o Barcelona”.

Segundo dados do Banco Mundial, o Brasil tinha em 2020 uma corrente comercial – soma de importações e exportações – equivalente a 32% do Produto Interno Bruto (PIB), a 13.<sup>a</sup> mais baixa do planeta.

Esse índice de abertura, felizmente, melhorou em relação à década anterior, quando oscilou sempre em torno de 25% do PIB, depois de chegar perto



de 30% nos primeiros anos deste século. Apesar do aumento recente, a exposição brasileira ao comércio com outros países continua baixa em todo tipo de comparação. Nos países da América Latina e Caribe, a corrente comercial equivale a 47% do PIB, em média. Também estamos abaixo das médias dos países de baixa renda (42%), renda média (45%) e alta renda (55%). E, conseqüentemente, abaixo da média mundial (52%).

Estudos comprovam que a abertura comercial favorece pessoas e empresas. Leva a mais eficiência, menores custos, mais acesso a insumos e tecnologias de ponta, menos inflação. E mesmo impactos que possam ser considerados negativos no curto prazo, como o fechamento de companhias menos eficientes e a redução dos níveis de emprego em certos setores, têm seu lado positivo, pois com o tempo tendem a elevar a produtividade da economia como um todo.

Os ganhos de produtividade não vêm somente da maior competição com empresas de fora, mas em



especial pelo maior acesso das empresas locais a insumos melhores e mais baratos. “Sob tarifas menores, mais empresas conseguem viabilizar os seus negócios e mais famílias conseguem consumir os bens ofertados pelas firmas. Além disso, sem as distorções causadas por alíquotas heterogêneas, os recursos tendem a ser direcionados para os setores mais produtivos e que geram maiores níveis de bem-estar”, conclui um estudo da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, que compilou a literatura sobre os impactos de políticas de abertura comercial e acordos comerciais.

Não é por acaso que tanto se insiste na questão da produtividade. Não há como alcançar crescimento consistente da renda média e da qualidade de vida enquanto não houver avanço duradouro da produtividade. Ou seja, enquanto não gerarmos mais riqueza com os mesmos recursos e com a mesma quantidade de trabalhadores. Isso é ainda mais urgente para um país como o nosso, que passa por uma transição demográfica que, no médio prazo, vai levar à estabilização e depois à queda no



contingente de pessoas em idade de trabalhar.

O problema é que nos acostumamos a fazer exatamente o oposto. Ao longo do tempo, o Brasil se entrincheirou em barreiras tarifárias e não tarifárias para dificultar a competição com estrangeiros. Beneficiadas por uma profusão de subsídios e regras de conteúdo local, nossas empresas não foram estimuladas a usar melhor seus recursos, o que promoveu a ineficiência e o desperdício. Com o mercado interno praticamente imune à concorrência, os preços médios são mais altos, o que prejudica o consumidor e ainda desestimula as exportações.

A equipe econômica do atual governo adotou, desde o início, um discurso de maior abertura comercial. E conseguiu alguns avanços nesse sentido. Empenhou-se na negociação e assinatura de tratados de livre comércio, tanto individualmente (há conversas avançadas com Canadá, Cingapura e Coreia do Sul) como em bloco (caso dos acordos do Mercosul com União Europeia e Associação Euro-





peia de Livre Comércio, concluídos em 2019 mas pendentes de aprovação legislativa no primeiro caso, e outras etapas, no segundo).

Também merece elogio a atenção que a equipe econômica dedica à negociação de acordos com parceiros asiáticos. Continente mais dinâmico do mundo, com as economias de maior crescimento econômico e populacional, a Ásia é imprescindível em qualquer estratégia decente de comércio exterior.

O governo aprimorou o portal de comércio exterior, reduzindo a burocracia para exportar e importar. Eliminou exigências tidas como desnecessárias nas licenças de importação e também promoveu reduções unilaterais em tarifas de importação. Neste último caso, no entanto, boa parte do movimento é provisório, com foco primeiro no combate à pandemia de Covid-19 e depois no alívio da inflação, e tem data para acabar.

Apesar dos méritos citados, o Executivo teve difi-



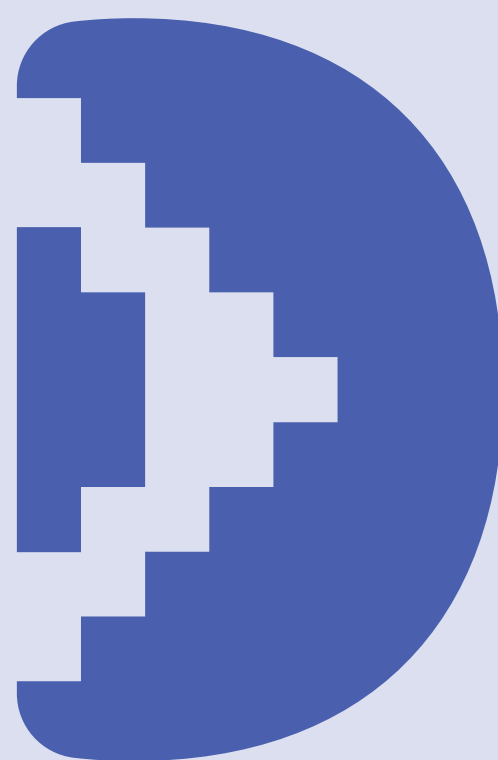


culdades em melhorar o ambiente doméstico de negócios, a fim de reduzir o custo Brasil e permitir condições mínimas de competição “da porteira para fora” à indústria nacional. O avanço da agenda de reformas era condição reconhecida pelo próprio governo para poder promover uma reforma mais profunda na estrutura tarifária do comércio exterior e, assim, acelerar a integração ao mundo. Houve sucesso na aprovação de reformas microeconômicas, mas não em uma reforma digna desse nome no sistema tributário, reconhecidamente um dos mais complexos e disfuncionais do planeta.

Persiste, assim, um ciclo perverso de estagnação. Um dos ramos que pode oferecer as maiores contribuições ao aumento da produtividade, a indústria é também o mais tributado. Como não reforma seu sistema de impostos, o país opta por “estimular” a indústria de outra forma, por meio de um elevado nível de proteção contra produtos estrangeiros.



É fundamental enfrentar essa questão e prosseguir com a desburocratização dos negócios e avançar na redução de tarifas, bem como trabalhar pelos acordos comerciais. Não só assinar novos tratados, mas agilizar sua implementação. Não há futuro para um país que opte por continuar voltado a si próprio.



# 2.7.

## **REFORMAS ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA**



O desenvolvimento do Brasil passa necessariamente pelo setor privado. Para investir no país, o empresário precisa de um ambiente de negócios amigável, no qual tenha clareza sobre os custos atuais e futuros de sua atividade, entre eles os impostos. E a carga de tributos é reflexo direto do tamanho e da eficiência do Estado.

Um país próspero, portanto, depende de mudanças profundas na estrutura administrativa do governo e no sistema tributário. Não haverá crescimento duradouro sem essas reformas. Como, aliás, bem prova o desempenho errático da nossa economia neste século.

Não há como reduzir o peso do Estado sem limitar suas principais despesas. Nesse sentido, um primeiro passo foi dado com a aprovação da reforma da Previdência, em 2019. Embora pudesse ter sido mais eficiente, ela já ajuda a conter o crescimento das despesas do INSS com inativos e seus pensionistas: em 2021, elas chegaram a 8,2% do Produto Interno Bruto (PIB), o menor nível desde 2016.



Mas é preciso ir além e atacar também o gasto com os servidores da ativa.

A despesa com pessoal do governo está diminuindo em decorrência de medidas administrativas como o corte de cargos comissionados, a queda na reposição de servidores aposentados e o avanço na digitalização de serviços públicos. No ano passado, o gasto com o funcionalismo federal foi de 3,8% do PIB, o menor em pelo menos 24 anos, ligeiramente abaixo dos patamares de 2013 e 2014. Mas ainda há o que enxugar.

A começar porque a despesa primária da União segue acima da receita líquida (excluídas as transferências a estados e municípios). Isto é, o Estado continua não cabendo na arrecadação, que é sabidamente elevada. O exemplo de estados como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que até há pouco mal conseguiam pagar os salários em dia, ilustra o que ocorre quando os governos resistem a pôr as contas em ordem. Por outro lado, um Estado que administra sua folha com racionalidade traz con-





fiança, que se reflete em investimentos, crescimento econômico, arrecadação e mais margem para investir e contratar quando necessário.

Mas a reforma administrativa não é questão apenas de finanças públicas. Há também a necessidade de adequar a remuneração dos servidores à realidade do país. Segundo estudo do Banco Mundial, o poder público brasileiro se destaca não pela quantidade de funcionários, mas pelos salários, em especial na esfera da União e, em menor grau, nos estados. Conforme a instituição, servidores federais ganham em média 96% a mais que os trabalhadores da iniciativa privada que atuam em funções equivalentes, a maior discrepância de uma amostra de 53 países.

A reforma administrativa, além disso, teria efeitos salutareos para o próprio funcionamento da máquina e a prestação de serviços ao público. Um deles é a definição de diretrizes para a avaliação de desempenho dos servidores. Dessa forma, um desempenho insatisfatório por vários períodos pode



resultar na demissão desse empregado, o que hoje só ocorre por decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar.

A proposta que está no Congresso também prevê, corretamente, o desligamento de servidores de cargos obsoletos e a extinção de uma série de vantagens, como férias superiores a 30 dias, licença-prêmio, progressão baseada exclusivamente em tempo de serviço e aposentadoria compulsória como modalidade de punição.

A outra reforma primordial é a tributária. Nosso sistema de impostos, um dos piores do mundo, está entre os maiores obstáculos à atividade empreendedora e à atração de investimentos. E gera um imenso desperdício de tempo e dinheiro não só dos contribuintes, mas do próprio governo, que tem de dedicar pessoas e verbas para enfrentar sonegação e evasão fiscal e infundáveis disputas na Justiça.

Em países com um sistema tributário civilizado, esses recursos seriam direcionados a eficiência,



inovação, competitividade. Não por acaso, simplificar os mecanismos de tributação é uma das exigências que o país terá de cumprir para ingressar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo que fomenta a adoção de boas práticas econômicas e políticas públicas em seus países-membros, que estão entre os mais ricos do mundo.

Na última edição do relatório Doing Business, do Banco Mundial, o Brasil ocupava a 184.<sup>a</sup> posição, de 190 países, no quesito facilidade para pagamento de tributos. No tempo gasto com o pagamento de impostos, nosso país era o pior de todos, com 1.501 horas por ano, cerca de cinco vezes a média da América Latina e dez vezes a média dos países da OCDE.

Segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), União, estados e municípios editaram mais de 443 mil normas fiscais desde a Constituição de 1988 (53 por dia útil, em média), das quais 4,6 mil estão em vigor. Acom-



panhar as mudanças e se adequar a elas gera uma despesa gigantesca: as empresas brasileiras gastam aproximadamente R\$ 181 bilhões por ano em pessoal, sistemas e equipamentos para isso, conforme o IBPT.

O resultado desse estado de coisas é que o valor envolvido no contencioso tributário – as disputas entre contribuintes e entes da federação – já equivale a pelo menos 75% do PIB brasileiro, segundo o Núcleo de Estudos da Tributação do Insper. Somente o contencioso administrativo federal corresponde a 15,9% do PIB. Nos países pertencentes à OCDE, esse percentual é de 0,28%, em média. Em países da América Latina, de apenas 0,19%.

Sozinha, a simplificação do sistema tributário já seria um enorme avanço. Porém, uma verdadeira reforma deve ir além disso. É preciso rever a própria estrutura da tributação no Brasil, que onera demais a produção (punindo quem produz) e o consumo (encarecendo produtos e serviços e pesando mais sobre os pobres). O ideal é reduzir es-





ses impostos e deslocar a tributação em direção a patrimônio e renda, em conformidade com a ideia de “justiça tributária”, como fazem os países mais desenvolvidos do mundo.

Infelizmente, nenhuma das reformas em discussão – propostas pelo governo ou pelo Congresso – enfrenta essa questão. As propostas tentam modificar somente um tipo de tributação (sobre o consumo ou sobre a renda, por exemplo), de forma que a estrutura da tributação não seria substancialmente alterada.

Enquanto o país adia a verdadeira reforma e mantém seu sistema tributário pesado e distorcivo, grupos de interesse pressionam Executivo e Legislativo por benesses que possam atenuar os custos de suas atividades.

Assim nascem e se multiplicam os benefícios tributários, que, na tentativa de corrigir determinados problemas, acabam criando distorções na alocação de recursos. Em vez de se guiar pela bus-

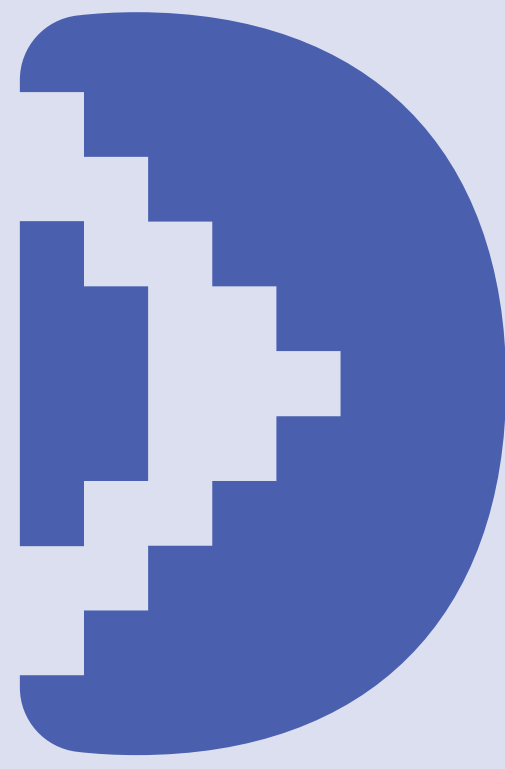




ca da eficiência, empresários passam a decidir onde e em que investir tendo em vista quais atividades são menos prejudicadas ou mais beneficiadas pelo anacronismo das regras.

O resultado é a perenização da baixa produtividade, com empresas ineficientes sobrevivendo à custa de desonerações e outras sucumbindo à competição desleal estimulada pelo próprio Estado. Se de um lado abre mão de 4% do PIB todos os anos em benefício de alguns contribuintes, segundo estimativas da Receita Federal, de outro a União compensa essa perda punindo os pagantes regulares, para quem a carga tributária segue elevada.

A busca por um país mais moderno e justo passa necessariamente pelo enfrentamento dessas questões.



# 2.8.

# BUSCA DO PLENO EMPREGO



O mercado de trabalho brasileiro se recuperou relativamente rápido da catástrofe da pandemia. Ao fim do primeiro semestre de 2022, a taxa de desocupação já estava abaixo dos níveis anteriores à chegada do coronavírus, e o número absoluto de empregados formais alcançou níveis recordes.

Um alívio muito bem-vindo, mas insuficiente. Se a melhor política social é o emprego, o Brasil ainda está longe de oferecer plenas condições de dignidade a sua população. E ainda mais longe de ser um país competitivo em relação a seus pares e de se desenvolver no longo prazo.

Mesmo tendo superado a crise do vírus, o país ainda não deu conta de absorver todos os que chegaram ao mercado de trabalho nos últimos anos, e ainda não se recuperou totalmente da desastrosa recessão iniciada em fins de 2014. Uma desocupação próxima de 9%, como a apurada ao fim de junho, ainda é superior à registrada na primeira metade da década passada – entre 2013 e 2014, ela chegou a ficar abaixo de 7%.



Estamos ainda distantes do chamado “pleno emprego”, contexto em que a demanda está aquecida a ponto de o mercado absorver rapidamente os que buscam ocupação, o que ocorre quando o desemprego se situa em algum nível entre 3% e 6%, a depender da fonte consultada.

Alguns estados já podem se considerar nessa situação, como Santa Catarina e Mato Grosso, que tinham taxas de desocupação na casa dos 4% e 5% nos primeiros meses do ano. São exceções, porém, num país onde as desigualdades regionais ainda são gritantes. Em algumas unidades da federação, como Bahia e Pernambuco, o desemprego estava na casa dos 17% no mesmo período. No Rio de Janeiro, ele beirava os 15%.

Além disso, a remuneração está baixa até para os padrões brasileiros. Embora tenha subido um pouco neste ano, o rendimento real – descontada a inflação – do trabalho ainda é um dos menores da série histórica da Pnad Contínua, do IBGE, iniciada em 2012.



O preenchimento de vagas tem seguido a lógica que historicamente predominou no Brasil: setores pouco produtivos geram a maioria dos empregos, que exigem pouca qualificação e pagam baixos salários.

Sem mudanças radicais daqui em diante, tudo conspira para que a produtividade do trabalho no país continue relativamente estagnada, pouco acima dos níveis da década de 1980. Um problema gigantesco, pois um país só consegue aumentar renda e qualidade de vida de forma duradoura se elevar a produção por trabalhador. E isso é ainda mais urgente em meio à transição demográfica que, dentro de alguns anos, começará a diminuir a força de trabalho do país, com menos jovens chegando ao mercado e cada vez mais idosos para serem sustentados pelos demais.

Em 2019, antes da pandemia, a produtividade do trabalho no Brasil equivalia a 25% da norte-americana, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em outras





palavras, um brasileiro levava quatro horas para produzir a mesma riqueza gerada em uma hora por um trabalhador norte-americano. Nossa produtividade também era inferior à de países latino-americanos como Argentina (diferença de 26%), México (-30%) e Chile (-34%).

As razões para a baixa produtividade brasileira não são novas nem desconhecidas: barreiras à competição, proteção a empresas ineficientes, sistema tributário complexo, insegurança jurídica, burocracia para empreender e baixa qualidade do ensino.

O cenário é dos mais desafiadores, e exige do próximo governo medidas de curto prazo, mas também a coragem de adotar abordagens cujos frutos serão colhidos apenas no médio e longo prazo, após o fim do mandato.

O governo Bolsonaro colaborou para tornar mais amigável o ambiente de negócios, com reformas microeconômicas para reduzir burocracia e mo-



dernizar marcos legais, além de tocar uma ampla agenda de concessões de infraestrutura que dará frutos nos próximos anos. Porém, não conseguiu reformar o sistema tributário nem as regras do serviço público, o que é fundamental para tornar o país mais estável e atraente ao investimento.

Entre as iniciativas de curto prazo que podem ser adotadas pelo próximo governo, podemos destacar políticas ativas de intermediação e qualificação profissional capazes de melhorar rapidamente a empregabilidade dos trabalhadores.

Pesquisadores do Ibre/FGV propõem aperfeiçoar o Sistema Nacional de Emprego (Sine). Esse esforço envolveria, entre outras coisas, melhorar o funcionamento das plataformas digitais, inclusive com técnicas de “machine learning”; conectar programas de intermediação de mão de obra com os de qualificação profissional (para que não se treine “padeiros” em locais onde a demanda é por “confeiteiros”, por exemplo); e compartilhar os dados do Sine com empresas privadas de treina-



mento e intermediação profissional. Outra sugestão é o governo contratar agências privadas e remunerá-las por “impacto social”, isto é, por trabalhador efetivamente colocado.

No âmbito da política econômica, é imprescindível desonerar a folha de pagamentos, que sempre foi uma barreira para a formalização. Esse era um dos principais objetivos do atual governo, mas não prosperou: foi prejudicado pela obsessão por compensar a perda de arrecadação com um controverso tributo sobre transações nos moldes da antiga CPMF, cujos defeitos levaram o Congresso a derubá-la 15 anos atrás.

Se uma desoneração ampla pode ser ambiciosa demais num primeiro momento, pode-se começar por reduzir o custo de contratação dos jovens trabalhadores. Algo que o governo Bolsonaro tentou duas vezes, em 2019 e 2021, com o programa de redução de encargos sociais batizado de Carteira Verde e Amarela. Em ambas, a desoneração foi aprovada pela Câmara mas não passou pelo Senado.



A oposição teve papel decisivo na derrubada, com argumentos enganosos como o de que a proposta retiraria direitos e provocaria a substituição de chefes de família. A esquerda parece preferir o “direito sem emprego” criado por nossa legislação – que mantém quase 40% dos trabalhadores na informalidade – e ignorar que também há jovens chefiando famílias, entre eles muitas mães solteiras.

Como o jovem que chega ao mercado de trabalho é menos produtivo que os profissionais mais experientes, contratá-lo mesmo por um salário mínimo costuma ser antieconômico: incluídos os encargos sociais, o custo desse trabalhador supera a riqueza que ele produz. Daí a importância de baratear a contratação, de forma a abrir aos mais novos as portas do emprego, da experiência profissional e da superação da pobreza.

Boa parte de nossos políticos, no entanto, demonstra desconhecer ou desprezar a realidade do jovem. Segundo a mais recente síntese de indicadores sociais do IBGE, de 2020, os brasileiros de 14 a 29





anos têm menos emprego (com taxa de desocupação de 24,1%, bem acima da média de 13,8% de então); são mal aproveitados (taxa de subutilização de 41,5%, ante média de 28,3%) e menos formalizados (56,4%, contra média de 61,2%).

Não por acaso, são mais pobres: 27,1% viviam em lares situados abaixo da linha de pobreza em 2020, ante 24,1% na média nacional, situação melhor apenas que a das crianças e adolescentes de até 14 anos (38,6%). Pior: cerca de um quarto dos jovens brasileiros não trabalha nem estuda, o que significa pouca ou nenhuma perspectiva de futuro.

Este último ponto nos leva à necessidade de melhorar a qualidade do ensino. Ainda que o país tenha ampliado o acesso à escola nas últimas décadas, os indicadores de aprendizado estacionaram. Muitos jovens deixam as carteiras escolares despreparados até mesmo para entrar num curso profissionalizante.

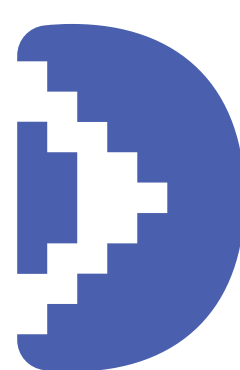
Um exercício muito didático, nesse sentido, é com-



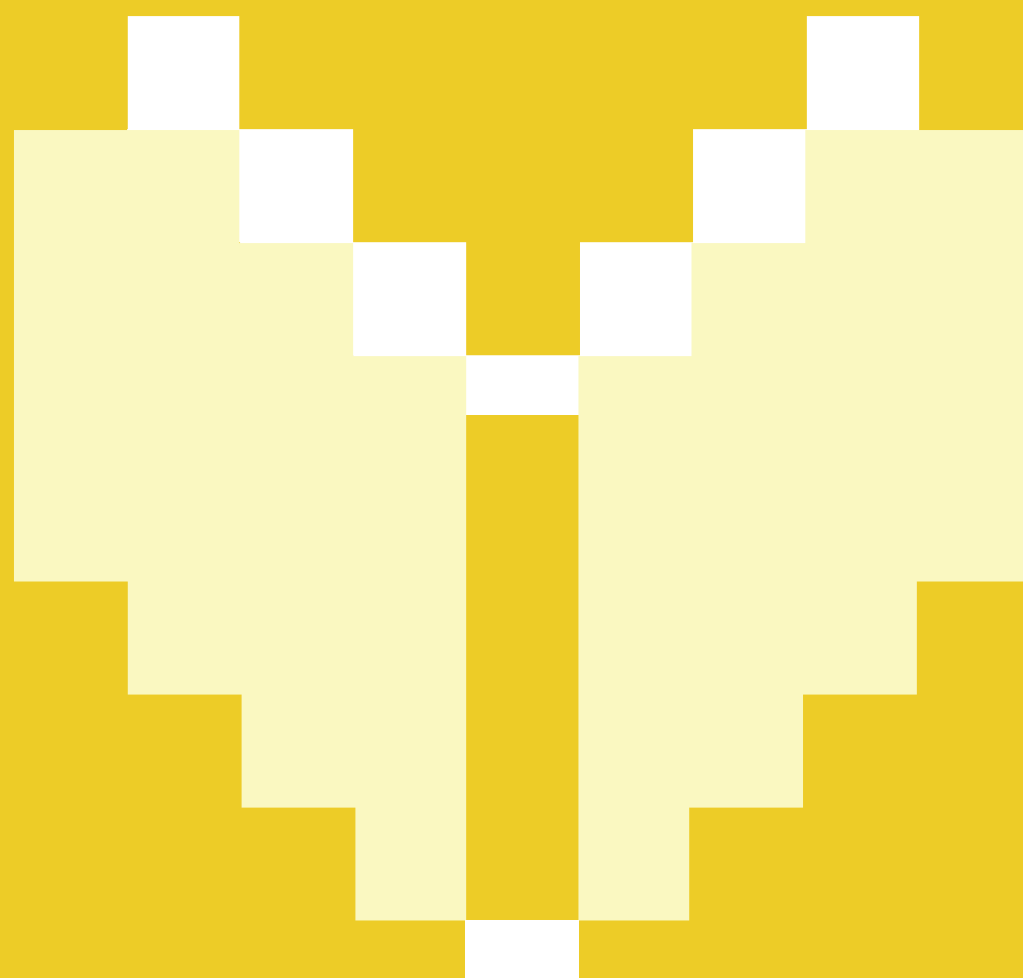


parar a evolução da produtividade no Brasil com a de países que apostaram na educação, como a Coreia do Sul. Em 1960, o trabalhador brasileiro era 65% mais produtivo que o sul-coreano. Hoje, um sul-coreano produz mais que o dobro de um brasileiro.

Nenhuma outra medida terá tamanho impacto sobre nosso futuro como economia e como nação: se não melhorarmos decisivamente a qualidade da educação, qualquer ganho econômico será sempre transitório, como nosso passado já provou tantas vezes.



VOLTAR AO  
ÍNDICE



3.

EDU

GA

GAO

6



Como o Brasil pode se beneficiar plenamente da revolução tecnológica em curso se os brasileiros estão saindo da escola sem saber o básico nem do próprio idioma, nem de Matemática? Pois esse é apenas um dos bondes que o país está perdendo ao não dar a devida prioridade à educação; um conhecimento deficiente não prejudica apenas o aproveitamento das novíssimas tecnologias; ele impede os brasileiros de exercerem tarefas bem mais prosaicas, puxando para baixo a produtividade. Por isso, a “prioridade dentro da prioridade” é o estabelecimento de metas agressivas para a evolução dos indicadores de ensino.

O desempenho medíocre do Brasil em provas internacionais como o Pisa, que mede habilidades em leitura, Matemática e Ciências, não pode mais ser encarado como um dado da natureza ao qual nos conformamos, mas como uma vergonha imensamente maior que a de uma goleada sofrida em Copa do Mundo. As primeiras etapas da educação necessitam de uma atenção especial: se temos universitários praticamente analfabetos, incapazes



de entender textos e fazer cálculos que nem podemos elencar entre os mais complexos, é porque os ensinamentos fundamental e médio estão falhando muito. Estabelecer pequenas melhoras como objetivo é contentar-se com pouco; governantes nas três esferas precisam mirar alto e investir com inteligência. Casos exemplares como os de Portugal e da cidade cearense de Sobral mostram que é possível evoluir muito em pouco tempo fazendo o básico com inteligência e foco.

As avaliações precisam se tornar mais frequentes e mais rigorosas, sem truques que mostrem evolução onde não há nenhuma – se o ritmo de melhoria no Ideb é maior que no Pisa, por exemplo, podemos ao menos suspeitar que a avaliação nacional talvez não esteja medindo adequadamente o conhecimento dos estudantes. Gestores precisam ser cobrados pela forma como investem os recursos públicos destinados à educação, já que o Brasil é conhecido não por gastar pouco, mas por gastar mal. A dita “valorização do professor” tem de sair do discurso e se tornar prática – e a melhor ma-



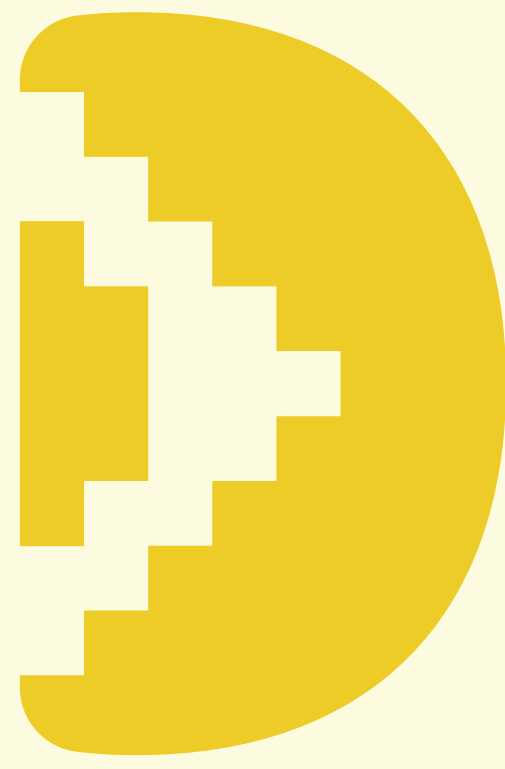
neira de fazê-lo é tornar a docência um caminho atrativo para os profissionais mais brilhantes em seus campos, sobretudo pela criação de um ambiente de admiração pelo trabalho do professor, de respeito por sua autoridade, e por uma remuneração congruente com a relevância da atividade.

E, por si só, o foco em metas agressivas de desempenho nos conteúdos mais importantes e necessários para que alguém possa ser capaz de “navegar” pelo mundo moderno ajudará também a resolver outros problemas da educação nacional, como a ideologização do ensino levada adiante por professores mais interessados em militância político-partidária que em preparar seus alunos para tarefas básicas do cotidiano. Além disso, a ênfase nos conteúdos mais essenciais não exclui uma sólida formação humanística; os estudantes precisam ter acesso aos clássicos da literatura, das humanidades, das artes e das ciências, verdadeiro patrimônio da humanidade – mas eles só serão capazes de aproveitar tudo isso se, antes, tiverem sido capacitados a compreender textos mais elaborados.





O ensino superior merece um capítulo à parte, a começar pelo próprio modelo que privilegia o diploma universitário enquanto despreza o ensino técnico, tendo como resultado uma multidão de bacharéis de qualificação baixa enquanto faltam profissionais em carreiras vitais para a sociedade – um erro grave que tem de ser revertido. O peso do investimento feito nos universitários e nas universidades brasileiras (proporcionalmente maior que o destinado aos estudantes do ensino fundamental e médio, algo que precisa ser revertido) não tem trazido os benefícios esperados. O Brasil tem de aproximar universidade e setor produtivo, com ênfase em inovação; tornar sua pesquisa mais relevante mundialmente, em vez de se trancar em uma bolha autorreferente; e tornar a universidade um local que faça jus ao nome, um autêntico espaço de pluralismo de ideias, quebrando uma hegemonia ideológica que é hostil a qualquer diálogo com quem pensa diferente.



**3.1.**

**GRANDE ÊNFASE  
NA EDUCAÇÃO**



Nas últimas décadas, o acesso à educação básica foi universalizado no Brasil, chegando a 99% das crianças, e a educação superior se popularizou, com um aumento de 75,9% no número de ingressantes em instituições desse nível de ensino entre 2009 e 2019, segundo o Inep. Mas isso está longe de querer dizer que o país esteja dando a devida importância para a educação.

Testes internacionais comprovam que o aluno brasileiro tem um desempenho pífio nas disciplinas básicas em comparação até mesmo com estudantes de nações menos desenvolvidas. Nos últimos resultados do Pisa, referentes a 2018, o Brasil ficou em 71º em matemática, 58º em leitura e 65º em ciências entre 79 nações. O México, por exemplo, cujo sistema educacional não é dos mais fortes nem sequer da América, tem desempenho melhor que o Brasil nas três disciplinas.

Sabe-se que investimento não falta. Um estudo publicado pelo Banco Mundial mostra que os valores aplicados na educação nas últimas duas dé-



cadadas poderiam ter colocado o Brasil acima da média mundial em qualidade de ensino. Os gastos no setor têm aumentado, mas a melhoria nos resultados das avaliações é muito discreta. O problema não é a escassez de recursos, mas como eles têm sido utilizados.

O uso pouco racional do dinheiro destinado à educação perpetua o ciclo da pobreza no país. O problema no ensino afeta sensivelmente o crescimento econômico e o desenvolvimento social. No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), levando em conta os três aspectos avaliados – renda, educação e saúde –, não se pode dizer que o Brasil tenha um bom desempenho em nenhum deles; mas, sem dúvida, o âmbito que mais tem feito o Brasil cair de posição nos últimos anos é a educação.

Com as duras consequências do isolamento social durante a pandemia, o panorama da educação nos próximos anos no Brasil será ainda mais desafiador do que de costume. Na rede pública, nos meses



de 2020 após o início da pandemia, 12,4% dos alunos não tiveram nenhum tipo de aula, o que significa que milhões de crianças das escolas públicas sofrerão com a defasagem educacional por causa do tempo perdido.

A constatação do problema educacional brasileiro virou lugar-comum, e os responsáveis pelas políticas públicas precisam passar do diagnóstico à ação. É necessário tratar a educação como prioridade não só nos discursos de campanha. Não basta, além disso, levar educação a todos. A expansão do acesso, por si só, não significa melhoria: é preciso se preocupar sobretudo com a qualidade do ensino, começando por uma valorização dos professores – o que envolve, entre outras coisas, tornar a profissão mais atrativa financeiramente para quem é brilhante – e uma preocupação maior com sua formação.

A dinâmica das promessas vazias tem de dar lugar a um foco verdadeiro nos seguintes aspectos: estabelecer e cumprir metas agressivas de qualida-



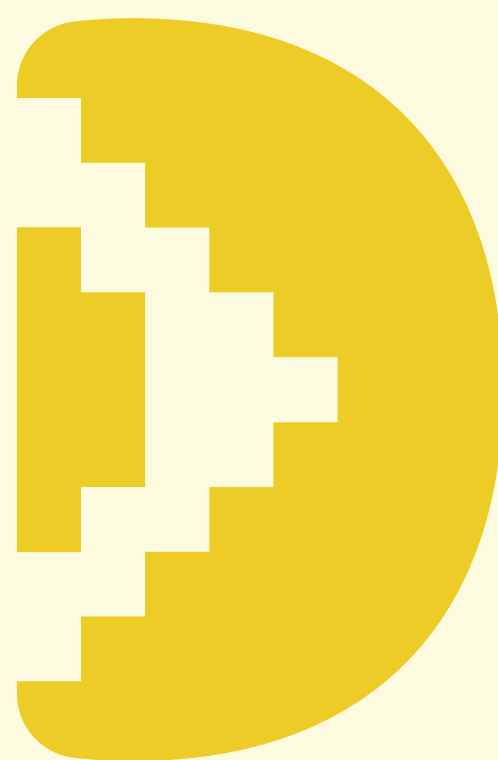


de; tornar o ensino superior menos ideológico e mais apto a atender às demandas concretas da sociedade; e revisar os currículos, trazendo o foco para aquilo que é realmente essencial.

Além disso, há um objetivo mais imediato: que a Câmara não acate o projeto do Sistema Nacional de Educação, chamado de “SUS da Educação”, tal como ele já foi aprovado pelo Senado. A proposta, que pode avançar ainda em 2022, mutila a possibilidade de iniciativas municipais e estaduais de melhoria do ensino e, ao mesmo tempo, em âmbito nacional, restringe a capacidade do Executivo eleito pela população brasileira de determinar políticas públicas, ao diminuir o papel do MEC nas decisões dessas políticas. Quem ganha mais poder é um conselho formado por associações civis, ONGs e entes federativos, que passará a ditar as normas sobre educação para todo o Brasil. Por um lado, isso pode sufocar a liberdade de iniciativa que permite a existência – constitucionalmente prevista – de modelos alternativos de gestão do ensino público e de projetos educacionais



exemplares como o das escolas públicas de Sobral (CE); por outro, os representantes escolhidos pelo povo terão menos influência sobre as políticas educacionais, que se tornarão mais facilmente cooptáveis por interesses corporativos e ideológicos.



## 3.2.

# METAS AGRESSIVAS DE QUALIDADE



Os maus resultados em avaliações de desempenho de estudantes, a lenta evolução em comparação com outros países, os altos índices de analfabetismo funcional e a irrelevância acadêmica e científica tendem a despertar pessimismo em relação à educação no Brasil. Não é incomum a percepção de que uma transformação verdadeira só poderá ser o resultado de um processo muito demorado – de algumas décadas, talvez.

Sem perder o realismo, é preciso repelir a impressão de que estamos diante de um bicho de sete cabeças. De tempos em tempos, ouve-se falar de municípios, regiões ou países que promoveram uma grande revolução na educação em poucos anos. Não há razões para duvidar da possibilidade de que o Brasil se torne um desses casos surpreendentes e inspiradores.

Foi apostando em currículos mais rigorosos e maior monitoramento da aprendizagem que as escolas públicas do município de Sobral (CE) se tornaram as melhores do país. Portugal também confiou em



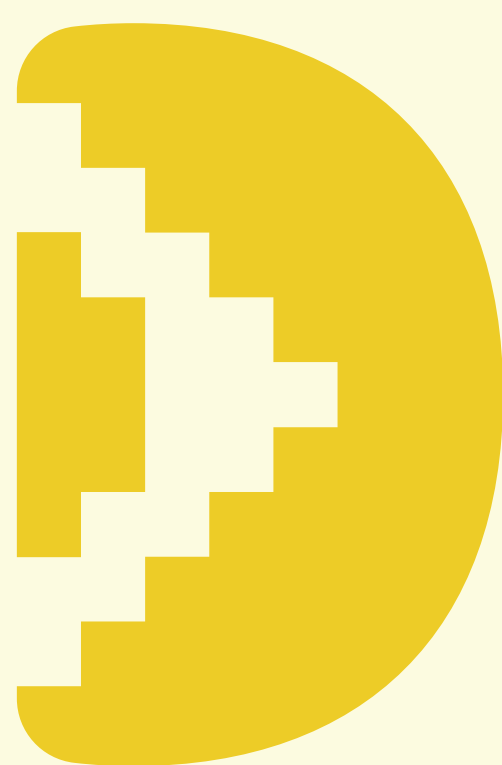
currículos e avaliações mais exigentes para se tornar rapidamente um dos países europeus que mais evoluem nos índices da educação. Até 1960, a Coreia do Sul era um dos países mais pobres do mundo; hoje, figura entre as 15 maiores economias do planeta, é um grande polo tecnológico e tem alto índice de desenvolvimento humano – e isso se deve, em grande parte, a uma revolução no ensino do país promovida especialmente a partir da década de 1980. Em todos esses casos, os resultados da reestruturação da educação começaram a ficar visíveis em menos de uma década.

Esses são alguns exemplos de que a elevação dos padrões de ensino e aprendizado no Brasil não precisa ser um objetivo distante. Não faz sentido, então, propor-se metas tímidas de melhoria: uns poucos pontos depois da vírgula nos indicadores escolhidos. Não. É possível sonhar com evoluções mais intensas e rápidas. Cada nova geração, cada novo grupo de alunos que entra em idade escolar e ingressa em algum colégio Brasil afora chega com potenciais esplêndidos, maravilhosos, que só pre-





cisam ser devidamente inspirados e estimulados para florescerem. Se lhes oferecermos as condições adequadas, os resultados virão muito rapidamente. Por isso, com um planejamento adequado, com os ajustes nas alavancas corretas, é possível sonhar com transformações em curto espaço de tempo. E, por isso, vale a pena estabelecer metas arrojadas, metas agressivas, de crescimento no aproveitamento escolar. Metas audazes ajudam toda a sociedade a sonhar grande, a enxergar como possível a revolução na educação que todos esperamos; e, sobretudo, metas corajosas e ambiciosas desafiam os gestores, políticos e técnicos a porem todo o seu engenho na busca e na aplicação das melhores práticas de ensino. Atacando os problemas mais evidentes, escolhendo bem as prioridades, recorrendo a toda a tecnologia que esteja disponível será possível começar a ver frutos que, inclusive, poderão servir de incentivo para um maior engajamento de todos os cidadãos em torno dessa causa.



**3.3.**

**ESTÍMULO À REVISÃO  
DE CURRÍCULOS:  
SIMPLIFICAÇÃO +  
INOVAÇÕES E TEMAS  
CLÁSSICOS**



Foco no essencial: esse deveria ser, para os próximos anos, o lema das políticas educacionais no Brasil. No Pisa, que avalia o desempenho nas habilidades básicas – leitura, matemática e ciências –, nossos estudantes estão estagnados há anos nas últimas posições em comparação com outros países. Enquanto boa parte dos jovens não sabe fazer contas básicas ou ler uma frase de maneira fluente, alguns educadores e formadores de opinião continuam insistindo na importância de levar às escolas públicas pautas ideológicas e métodos alternativos de educação cujos malefícios já ficaram evidentes.

O sucesso do modelo de Sobral (CE) mostra que uma metodologia simples e bem executada – o feijão com arroz bem feito – produz bons resultados. No município cearense, fez-se aquilo que todos os países com bom desempenho no campo educacional costumam fazer: elaborar currículos com objetivos claros, unificar o material didático para as disciplinas básicas e realizar boas avaliações de como esses currículos e materiais estão sendo apli-



cados. Os resultados têm ficado claros com a evolução e o destaque de Sobral nas avaliações da educação básica no Brasil.

Também devem ganhar mais atenção nos currículos as tecnologias digitais, tanto como meio para educar nas disciplinas básicas quanto como caminho para que as futuras gerações se preparem para os novos tempos. Uma educação pública focada nas novas tecnologias – com aulas de programação e robótica, por exemplo – pode contribuir até mesmo para romper os ciclos da desigualdade, abrindo portas a pessoas de diferentes classes sociais nos âmbitos de mercado e conhecimento criados pela revolução digital. Países como Japão, Cingapura, Finlândia e Austrália são pioneiros em integrar esse tipo de habilidades ao currículo escolar, e os resultados têm sido muito positivos.

Num mundo em que o conhecimento se obtém cada vez mais pelos meios de comunicação digitais, seria um anacronismo que as escolas não tirassem proveito deles ao ministrar as disciplinas. A dis-





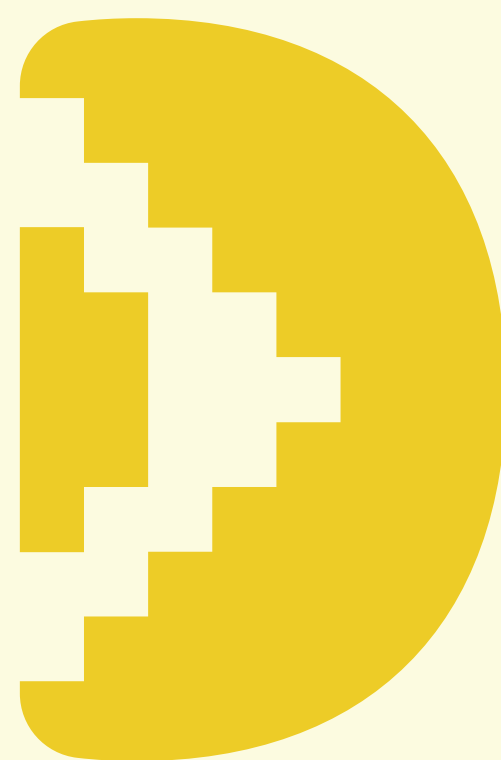
cussão sobre a forma como se devem introduzir essas inovações no contexto escolar e sobre como o governo pode incentivar isso é complexa, porque pode se confundir, em alguma medida, com as dúvidas sobre a conveniência do uso de dispositivos eletrônicos nas salas de aula do ponto de vista disciplinar. De todo modo, o assunto precisa ganhar muito mais atenção no debate sobre políticas públicas educacionais.

Também devem ser tratados com mais crédito, tanto na educação básica como na superior, os temas e obras clássicas da literatura, das humanidades, das artes e das ciências. Infelizmente, os clássicos têm sido alvos de preconceito por parte de certas correntes ideológicas muito influentes entre professores e gestores educacionais, segundo as quais trazer de volta o que se pensou e se produziu no passado poderia representar uma ameaça ao progresso. Na definição de currículos para a educação básica e superior, deve-se evitar essa visão de mundo estreita e melindrosa. Justamente por ser atemporal e não se esgotar na épo-





ca ou no espaço geográfico em que se originou, o clássico costuma ter muito a nos dizer sobre a natureza humana, o desenvolvimento de suas potencialidades e o progresso da sociedade.



**3.4.**

**PACTO PELA  
CIDADANIA: VALORES  
CIDADÃOS**



Na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), a palavra “cidadania” aparece 55 vezes. Entre as competências gerais que as instituições de ensino devem ajudar os alunos da educação básica no Brasil a desenvolver, o documento ressalta a capacidade de “fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade”.

De fato, é importante que as escolas assumam um compromisso com a formação dos valores cidadãos. É na idade escolar que os jovens começam a se dar mais conta, por exemplo, do valor da responsabilidade, da busca pela excelência, do respeito às outras pessoas, da honestidade, da lealdade e do espírito de cooperação. Isso pode ser favorecido pelo bom exemplo dos educadores, por boas aulas, por um nível alto de exigência dos estudantes e pelo desvelo em criar um clima de cordialidade e ordem dentro do ambiente escolar. Mais ainda: como prevê a BNCC, convém que a grade curricular incentive a reflexão direta sobre o tema da cidadania.



Mas, por melhor que seja a educação escolar nesse ponto, seria ingênuo pensar que as escolas são o ator mais influente na consolidação do caráter dos jovens. Uma política educacional prevendo a formação das virtudes cidadãs não é suficiente para fazer germinar uma geração de pessoas responsáveis, livres, honestas, solidárias e competentes. Há outras forças com influência mais pervasiva sobre a mentalidade de crianças e adolescentes do que as escolas.

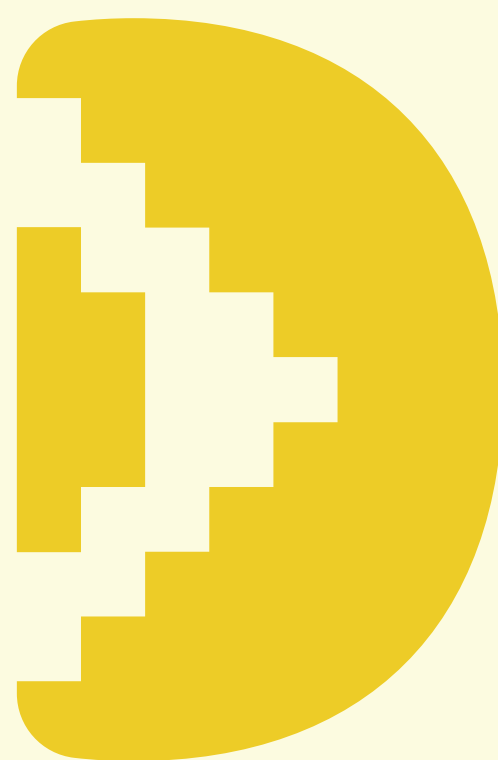
A família, naturalmente, é o agente com maior impacto sobre os hábitos que levamos para a vida. Por isso mesmo, é difícil haver boa formação se a estrutura familiar é frágil e se não há vínculo estreito entre as famílias e os educadores a quem elas confiam suas crianças. Mas, especialmente no mundo atual, onde as tecnologias de comunicação podem colocar as pessoas rapidamente em contato com tipos variados de visões de mundo, os meios de comunicação, o entretenimento e as artes exercem um papel determinante sobre o que pensamos.



As redes sociais, os serviços de streaming, os sites de vídeos, os jornais, a televisão, o cinema, a literatura e todos os meios pelos quais estabelecemos contato com diferentes ideias, experiências estéticas e modos de vida são importantes formadores de nossa personalidade. E, com o relativismo que se insinua em muitos desses meios – nos quais se tornou tão comum desconfiar seriamente da própria capacidade do ser humano de buscar a excelência –, boas políticas educacionais e até mesmo bons exemplos dentro de casa podem se tornar inócuos no desafio de educar para a cidadania.

Sem o esforço de todas essas instâncias da sociedade por promover o bem comum – começando por reconhecer que o bem comum é uma meta possível, ainda que árdua de se atingir –, a cultura da desconfiança tenderá a prevalecer acima dos valores cidadãos. A firme convicção na vocação do ser humano para a excelência é a base sobre a qual se constrói uma sociedade. Recuperar essa convicção é uma boa meta para o Brasil nos próximos anos.





**3.5.**

**ENSINO SUPERIOR:  
FINALIDADES E  
MODELOS**



Há uma concepção cada vez mais enraizada no campo das políticas públicas sobre educação segundo a qual, para obter bons resultados no ensino superior, é necessário que todas as universidades atendam a uma série de demandas técnicas no tripé ensino, pesquisa e extensão. Para os defensores dessa visão, seria desejável um modelo único, em que todas as instituições desse nível atendessem praticamente às mesmas demandas, com poucas variações.

É evidente que algum grau de padronização sempre é oportuno para garantir as necessidades básicas de funcionamento de uma instituição de ensino superior. Contudo, a tendência muito forte à regulamentação que observamos hoje na educação brasileira tem contribuído mais para o engessamento do que para a qualidade das instituições. Perde-se cada vez mais a liberdade de iniciativa que tanto convém para promover o espírito de excelência e inovação.

A insistência na homogeneidade prejudica, por



exemplo, o surgimento de centros de excelência em pesquisas ou polos de formação de profissionais brilhantes em determinadas áreas. A flexibilidade de modelos e de ênfases é imprescindível para um país que deseje se tornar uma potência em qualquer área.

Preocupados em se submeter aos complicados e infindáveis parâmetros impostos pelo poder público, os gestores das instituições de ensino superior no Brasil tendem a se tornar muito mais burocratas da educação que promotores de excelência acadêmica e formativa. Embora seja relevante que todas as instituições atendam minimamente os três pilares – ensino, pesquisa e extensão –, há que ter cuidado para não criar regras que padronizem a mediocridade. Nações que têm obtido resultados importantes no ensino superior são aquelas que sabem escolher os focos de concentração dos recursos públicos para obter resultados significativos.

Seria conveniente para o Brasil, sob diversos as-



pectos, que se alocassem recursos para alguns grandes centros de forma mais inteligente e especializada. É um erro imaginar que todas as universidades federais e estaduais sejam capazes de obedecer rigorosamente aos mesmos modelos de ensino, pesquisa e extensão sem prejuízo da qualidade. Mudar essa lógica permitiria a existência de universidades que privilegiassem quer a formação acadêmica, quer a formação profissional ou a pesquisa.

Seria razoável, além disso, que as universidades públicas respondessem a um planejamento estratégico do que é mais importante para cada região do país. Diferentes lugares podem provocar as universidades com demandas distintas, e isso deveria servir para definir ênfases.

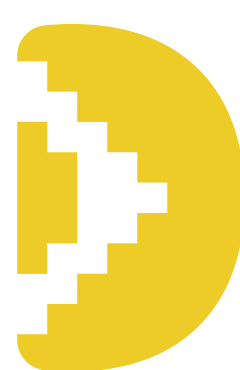
Fazer escolhas supõe, obviamente, tratar com desigualdade as universidades. Se não há linhas de pesquisa prioritárias, e se se consideram todas as universidades como equivalentes, a tendência é que nenhuma delas receba montantes relevantes



para projetos inovadores de grande porte.

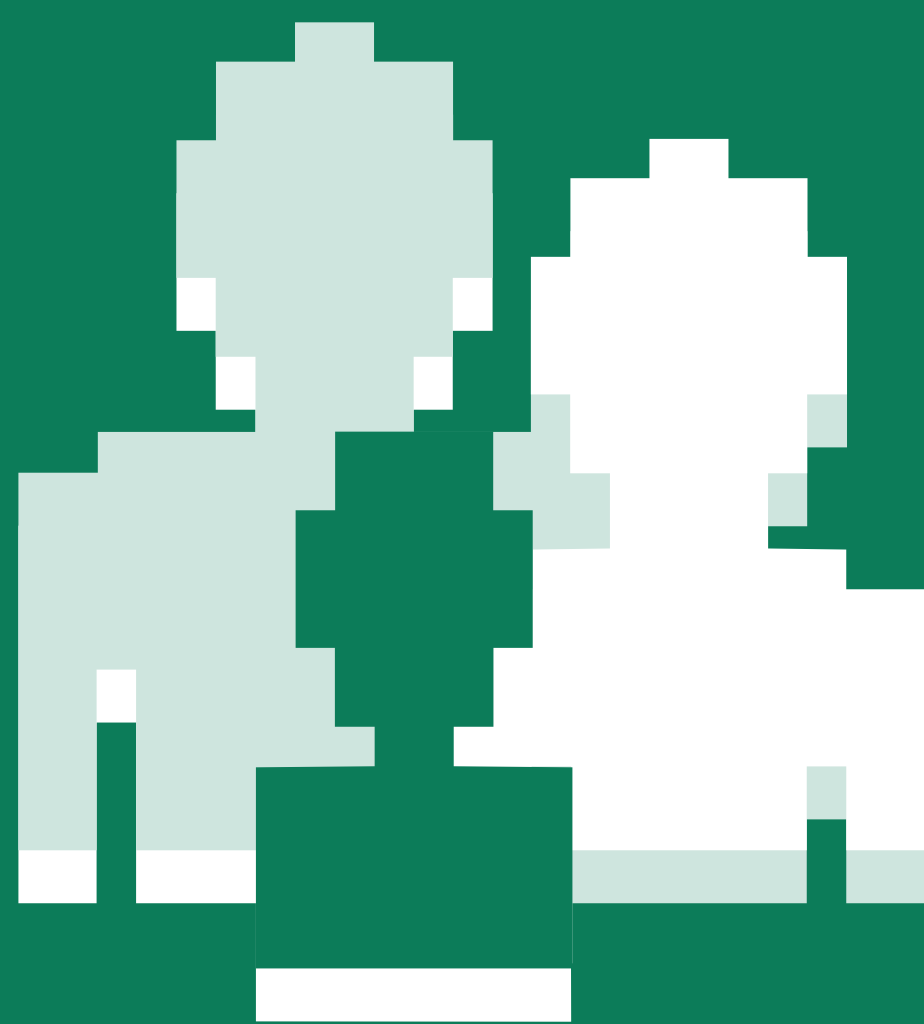
Há diferentes e legítimas finalidades no ensino superior. Algumas instituições podem ajudar a diminuir a desigualdade. Outras podem ter o foco em acelerar o processo de profissionalização. Outras, ainda, podem se dedicar de maneira prioritária à missão de formar futuros acadêmicos e professores, ou de buscar a excelência na pesquisa.

Pretender que todas essas finalidades sejam bem atendidas por cada uma das instituições é uma ilusão. Um excessivo engessamento de modelos e finalidades no ensino superior não atende às necessidades do país.





VOLTAR AO  
ÍNDICE



4.

# SOCI EDA DE



A escolha de prioridades como a revitalização da democracia e o foco na educação não significa que o próximo governo tenha de deixar de lado outras áreas de fundamental importância. Saúde pública, saneamento, segurança, assistência social, infraestrutura, combate à pobreza são temas que também exigem o olhar do poder público para que as mazelas socioeconômicas não sigam prejudicando os brasileiros. Não há como esperar que indivíduos e famílias possam realizar todo o seu potencial se lhes faltam as condições básicas para isso: se talentos são ceifados prematuramente pela violência ou cooptados por ela; se doenças perfeitamente evitáveis continuam a se espalhar por falta de medicamentos, políticas preventivas ou ligações de água e esgoto; se o desemprego ou o subemprego deixam pais e mães de família sem terem mesmo o que colocar na mesa.

O Estado provedor e assistencialista, no entanto, já se mostrou um fracasso no combate aos graves problemas socioeconômicos do país. Não apenas ele não conseguiu resolver tais mazelas, como tam-



bém atrofiou todos os demais atores sociais ao tomar para si o protagonismo – quando não a exclusividade – na busca e execução de soluções, fazendo deles, no máximo, coadjuvantes nos casos em que o governo finalmente reconhece sua incapacidade. É necessário promover uma mudança radical que reconheça e restaure o verdadeiro papel do Estado e da sociedade no combate à pobreza e às demais deficiências do país. Esta mudança passa por duas etapas.

A primeira é o mapeamento abrangente das mazelas socioeconômicas para que se conheçam exatamente quais são as prioridades de cada região. É impossível saber onde empregar recursos humanos ou financeiros sem ter a dimensão exata do que precisa ser feito – agir sem ter clareza sobre o cenário é receita certa para redundâncias e desperdícios, e deixa espaço para a imposição de medidas ou políticas públicas unificadas que não necessariamente farão sentido em todos os locais ou contextos.



Uma vez mapeadas as necessidades de cada região, o poder público precisa torná-las públicas e colocar em prática todos os mecanismos para que a iniciativa privada, tanto por meio de empresas quanto por entidades da sociedade civil organizada, seja a protagonista na busca e na execução de soluções para as mazelas socioeconômicas, não como mera assistente do Estado, mas em um papel de liderança, tendo o poder público como auxiliar em um papel subsidiário. A capacidade da sociedade civil organizada já foi testada e aprovada em diversos setores, inclusive na gestão de unidades de educação e saúde. Um poder público ciente do poder da sociedade não hesitará em deixar para trás ranços estatizantes, saberá responder ao discurso surrado (e ideologicamente enviesado) da “privatização de serviços públicos” e adotará boas práticas para parcerias que economizarão o dinheiro do contribuinte e estarão orientadas para a busca de melhores resultados para a população.

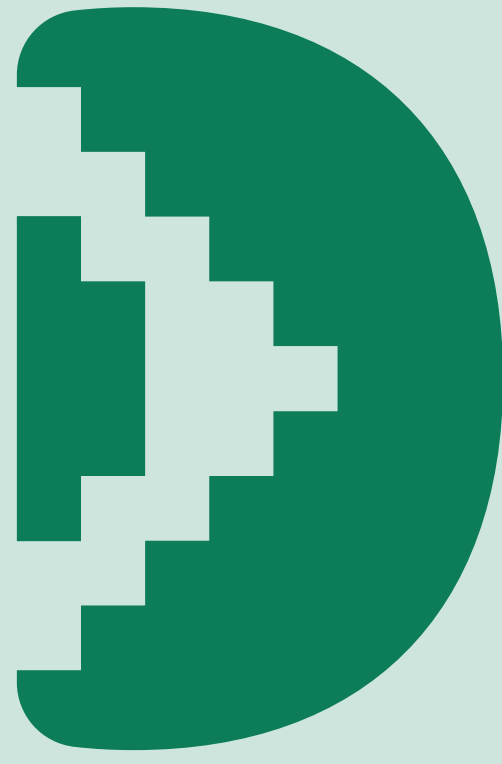
Por fim, é importante também recordar que a sociedade terá mais condições de dar respostas ade-





quadas às mazelas socioeconômicas se sua célula mais básica estiver fortalecida. É preciso voltar o olhar para a família, hoje bombardeada de todos os lados por inúmeras ameaças, como a falta de incentivo a compromissos duradouros, fechando os olhos para a desagregação familiar; o desestímulo à abertura à vida; a negação do papel fundamental de pai e mãe na vida de cada criança; o descaso com os idosos; ou a disseminação das drogas e de outros comportamentos degradantes. Políticas públicas voltadas à família, portanto, devem ser componente importante de qualquer plano de governo. Elas não podem, no entanto, se limitar a combater o erro, mas também devem dar condições para que as famílias floresçam, por exemplo ao garantir que o cuidado com a família não seja um impeditivo para a participação em outras dimensões da sociedade, como o mundo do trabalho.





**4.1.**

# **FOCO NA FAMÍLIA**



A família é o ambiente onde podemos experimentar mais concretamente uma realidade que a Constituição de nosso país e a Declaração Universal dos Direitos Humanos preveem como princípio fundamental: a dignidade de cada ser humano. Se, em outros espaços sociais, a pessoa tende a ser valorizada mais por sua utilidade, sua competência ou seus êxitos, na família cada um é querido pelo que é. Por isso mesmo, proteger a família é favorecer o respeito à dignidade da pessoa.

Nos últimos anos, a Gazeta do Povo mostrou que são cada vez mais comuns os ataques frontais à família promovidos por adeptos de ideologias que se rebelam contra a própria natureza humana. As ameaças partem de diversos lados: produtos audiovisuais, algumas propostas legislativas, decisões de diferentes instâncias do Judiciário e do Executivo e até conteúdos escolares.

Em nome de uma suposta luta pela justiça social e contra a discriminação, busca-se reformular o conceito de família até esvaziá-lo de sentido. O re-

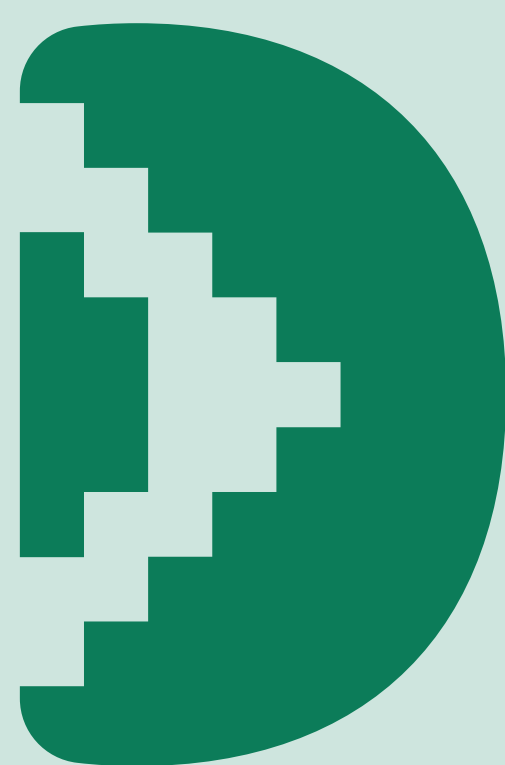


sultado disso pode ser desastroso: a história de alguns regimes totalitários mostra como a fragilização da família é útil à despersonalização do indivíduo e à manipulação das consciências pelo Estado.

Para que projetos de busca pelo bem comum não sejam desvirtuados em nome de interesses ideológicos, não há melhor antídoto que proteger e fortalecer a família. Nos próximos anos, no Brasil, a importância da família como célula básica da sociedade tem de se tornar um tema-chave na esfera pública. Não se trata somente de deixar patente as insuficiências e riscos de ideias equivocadas ou criar redutos seguros contra os ataques à família. Precisamos recordar a beleza das relações estáveis e duradouras, do amor incondicional e gratuito, do carinho com as pessoas mais frágeis e necessitadas, entre outros valores humanos que só um ambiente familiar saudável pode oferecer. O foco na família não se traduz em um mero combate contra as ideologias que se popularizaram nas últimas décadas; consiste também em lançar um olhar oti-



mista sobre a questão, para que os brasileiros se deem conta de que vale a pena apostar na família.



**4.2.**

**POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE FORTALECIMENTO  
DA FAMÍLIA**





Como melhorar os indicadores sociais no Brasil? Há algumas respostas previsíveis: investir mais em educação e saúde pública, gerar empregos, diminuir a desigualdade social, promover programas de transferência de renda... Todas essas alternativas podem, de fato, contribuir para o desenvolvimento social do país. Mas uma solução com capacidade de transformação muito mais radical tende a ser ignorada: o fortalecimento das famílias.

As pesquisas sobre o tema são reveladoras. Há provas robustas sobre a correlação entre vínculos familiares saudáveis e um menor risco de envolvimento com práticas criminosas e drogas na juventude. Em um estudo de 2016 do Instituto de Criminologia da Universidade de Cambridge, evidenciou-se que a atenção dos pais e o interesse deles pela educação dos filhos diminuem de forma significativa as chances de delinquência juvenil. Na mesma linha, uma pesquisa de 2008 da Universidade de Connecticut deixou patente que o sentimento de proximidade com os pais reduz con-



sideravelmente a probabilidade de alcoolismo e uso de drogas entre jovens; e um estudo feito pelo Ministério Público de São Paulo em 2018 concluiu que só 17% dos adolescentes infratores internados na Fundação Casa moravam com ambos os pais antes da internação.

Segundo um informe de 2010 da organização americana Heritage Foundation, crianças criadas por casais com relacionamento estável tinham 82% menos chances de viver na pobreza. Em 2017, um estudo espanhol com 467 crianças mostrou que os filhos de pais separados tinham o dobro de chance de desenvolver problemas gastrointestinais, dermatológicos e neurológicos em comparação com os de famílias intactas.

As evidências são eloquentes: o que acontece no ambiente familiar pode ser determinante para os rumos da sociedade sob diversos pontos de vista. Ainda que o valor da liberdade humana não possa ser menosprezado, e que nem sempre o comportamento de um indivíduo corresponda fielmente



ao que ele aprendeu no lar, é evidente que o que acontece na família tende a contagiar, para bem ou para mal, todo o resto da sociedade.

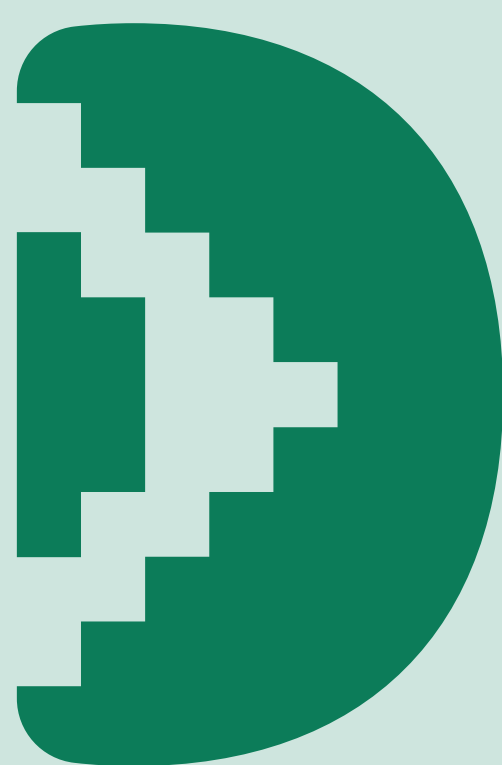
O aborto, a criminalidade, o uso de drogas, a evasão escolar, o abandono de idosos e tantos outros problemas sociais do Brasil poderiam ser equacionados de maneira mais eficaz se o foco dos debates na esfera pública, dos conteúdos jornalísticos, das discussões legislativas e das políticas públicas estivesse mais voltado ao fortalecimento da família. Infelizmente o tema costuma ser negligenciado. Quando vem ao debate, é muitas vezes abordado de pontos de vista que impedem uma discussão serena.

Seria positivo que as famílias fossem vistas como um dos focos de todas as políticas governamentais, e não como um compartimento da sociedade ao qual se deve dar uma atenção eventual. Justamente porque a família é o primeiro e mais importante núcleo formativo dos cidadãos, ela deve importar em todas as decisões do governo, sejam



elas econômicas, educacionais, sanitárias ou do ponto de vista da segurança. A existência de um órgão especialmente dedicado à família é necessária, mas isso não dispensa a importância de um cuidado transversal da família em todos os tipos de políticas públicas.

Valorizar a família como célula básica da sociedade e como foco das decisões governamentais pode ser o ponto de partida para uma mudança radical nos indicadores sociais do Brasil. A Constituição já o faz: em seu artigo 226º, ela afirma que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. Uma meta desejável para os próximos anos é converter essa previsão constitucional em realidade.



## 4.3.

# MAPEAMENTO DOS GRANDES PROBLEMAS SOCIAIS DO PAÍS





Todos somos capazes de fazer uma relação de problemas sociais que o Brasil enfrenta, e a enumeração de alguns deles chega a ser um clichê: violência, pobreza, desigualdade, falta de saneamento básico, filas nos hospitais etc. Não há como duvidar de que todos esses sejam problemas reais do país, porque, em alguma medida, todos podemos observá-los no dia a dia ou conhecê-los pelo noticiário.

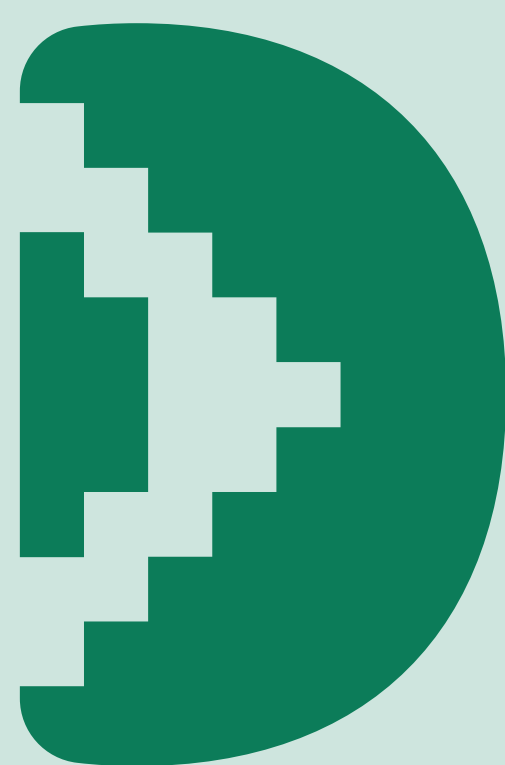
Porém, um diagnóstico vago e baseado mais na experiência cotidiana do que em dados é insuficiente para servir como justificativa de políticas públicas. Mesmo em relação aos problemas que já observamos ou vivenciamos na prática, é preciso compreender melhor a extensão e a gravidade do que precisa mudar. Para seguir qualquer caminho de transformação social, é importante entender bem de onde partimos.

Por isso, a tarefa de fazer um mapeamento dos problemas sociais da nação, integrando todos os dados já existentes e dispersos em diferentes órgãos e mi-



nistérios, deveria ser encarada como uma meta prioritária para os próximos anos. É claro que o enfrentamento dos problemas envolve toda a sociedade, e não só o poder público; mas é necessário que tenhamos noção mais clara das disfunções com as quais precisamos lidar, e é o poder público quem deve se responsabilizar por esse diagnóstico.

O governo tem os instrumentos necessários para aferir a extensão e a gravidade de problemas como os bolsões de miséria, os homicídios, o analfabetismo, as carências dos hospitais públicos, a indigência, o desamparo, a fome, as drogas, a violência em função do gênero, a escassez de meios de transporte e tantas outras mazelas que costumam fazer parte do debate público, mas não estão suficientemente mapeadas. Quanto mais clareza houver, quanto mais integrados os bancos de dados públicos estiverem, tanto mais eficientemente se poderá enfrentar esses problemas. Alcançar uma visão abrangente e regionalizada dos desafios que o país enfrenta pode abrir horizontes novos na busca de soluções.



## **4.4. ESTÍMULO À INICIATIVA PRIVADA PARA RESOLUÇÃO DESSES PROBLEMAS, SEM ABANDONO DAS INICIATIVAS PÚBLICAS**



Partindo de um mapeamento dos principais problemas do Brasil, inúmeros atores sociais, empresas, terceiro setor, profissionais liberais, podem mais facilmente se unir para promover as mudanças necessárias no país. A iniciativa privada pode e precisa ganhar maior protagonismo.

Certamente, já houve alguma evolução nesse sentido nos últimos anos, com o crescimento da consciência da responsabilidade social corporativa. Pode-se, no entanto, avançar muito e o próprio governo pode oferecer mais mecanismos de estímulo a iniciativas que promovam a participação das empresas na resolução de problemas sociais.

Esses mecanismos devem evitar a dinâmica da imposição e do engessamento – em que o estado brasileiro costuma facilmente incorrer – e obedecer mais a um modelo de incentivos. É preciso dar estímulos verdadeiros a iniciativas das empresas em favor de causas sociais, contando com a liberdade criativa e o poder de inovação do mundo corporativo.

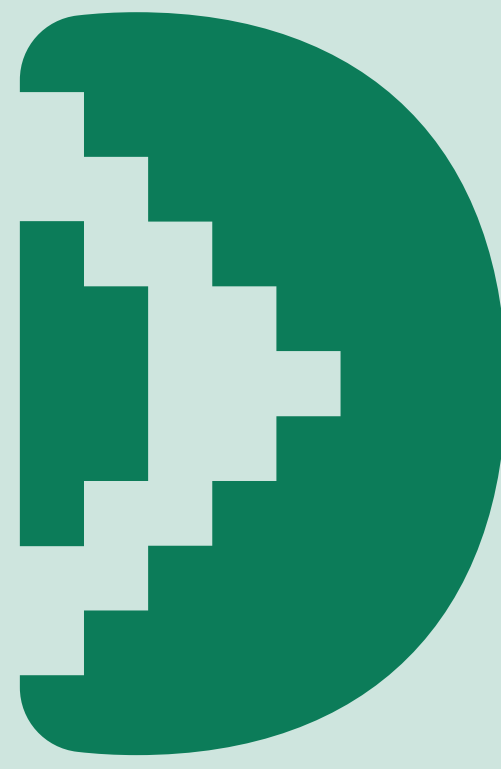




Já há, no Brasil, muitas iniciativas sociais interessantes de fora do governo, principalmente de ONGs e outras instituições do terceiro setor preocupadas com problemas específicos. É frequente, no entanto, que essas organizações trabalhem a partir de intuições vagas sobre os problemas, uma vez que há escassez de dados sistematizados sobre as principais mazelas do país. Por isso mesmo, como já indicamos, a primeira contribuição que o governo pode dar é oferecer um bom mapeamento sobre nossos problemas sociais.

Além disso, seria oportuno mudar leis para diminuir a burocracia que iniciativas do tipo precisam enfrentar, dando um leque maior de flexibilidade às empresas. Não há como o governo garantir que essa liberdade será bem utilizada em favor da sociedade, mas, em todo caso, a lógica de impor tarefas tende a ser mais estéril que a de incentivar a participação livre. É preciso confiar mais no poder da iniciativa privada.





# 4.5.

## FOCO EM SAÚDE E SEGURANÇA



Há dois problemas sociais que demandam atenção mais urgente dos governantes, porque afetam mais imediatamente as vidas de muitos brasileiros: a saúde pública e a violência.

Em muitos ambientes no Brasil, as peculiares circunstâncias de falta de segurança dificultam o florescimento pessoal, tolhem as liberdades e criam uma atmosfera de desalento em relação ao futuro; inviabilizam, dessa forma, um ponto-chave da democracia: a capacidade da pessoa de desenvolver ao máximo suas potencialidades e ser autora do próprio destino. A insegurança cria estados paralelos, em que comunidades inteiras vivem sob o domínio do medo e fora do domínio da lei.

Felizmente, nesse campo, há uma maré de transformação positiva nos últimos anos. Uma tendência de queda das mortes violentas tem sido registrada desde 2018, quando houve 12,8% menos homicídios em relação a 2017, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. No ano seguinte, 2019, houve uma queda ainda mais im-



portante, de 19%; em 2020, verificou-se uma pequena quebra na tendência, com os números de mortes violentas subindo 5,7%; mas, em 2021, registrou-se novamente uma queda, de 6,9%.

Sem dúvida, no entanto, o problema continua sendo gravíssimo: 41,1 mil mortes violentas ocorreram ao longo do ano passado no Brasil. Trata-se do ano com menos homicídios desde 2007, o que não significa que tenhamos chegado a um patamar aceitável. É preciso entender melhor as causas da tendência positiva, para continuar seguindo o caminho de melhora nos próximos anos.

No campo da saúde, o desafio pós-pandemia será retomar a atenção aos graves problemas do SUS, entre os quais a superlotação dos hospitais e as longas esperas por exames e procedimentos cirúrgicos a que são submetidos os pacientes. Um relatório de 2021 da startup social SAS, que atua em cidades carentes de acesso a médicos, afirma que há lugares do sertão nordestino em que a espera pode levar anos.

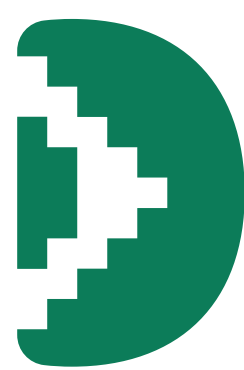


E, com os efeitos da pandemia sobre o sistema de saúde, o problema da espera pode ser agravado. Segundo o Conselho Federal de Medicina, fatores como as restrições de acesso a hospitais e o contingenciamento de leitos para pacientes de Covid-19 fizeram com que 27 milhões de exames, cirurgias e outros procedimentos eletivos deixassem de ser realizados durante o período da pandemia. Boa parte dessa demanda pode ainda existir, e isso poderá criar um gargalo nos hospitais para os próximos anos.

Se podemos tirar lições positivas da pandemia, uma delas é, certamente, que uma intensa mobilização conjunta da sociedade, dos gestores públicos e da iniciativa privada pode evitar mortes, filas de espera e sofrimento desnecessário para milhões de pessoas. O temor do colapso no sistema hospitalar brasileiro, tão propagado no início da pandemia, acabou não se justificando. Nos próximos anos, ainda que nenhuma demanda emergencial como a da Covid-19 sobrevenha a todo o país, seria positivo que os mesmos atores políticos e so-

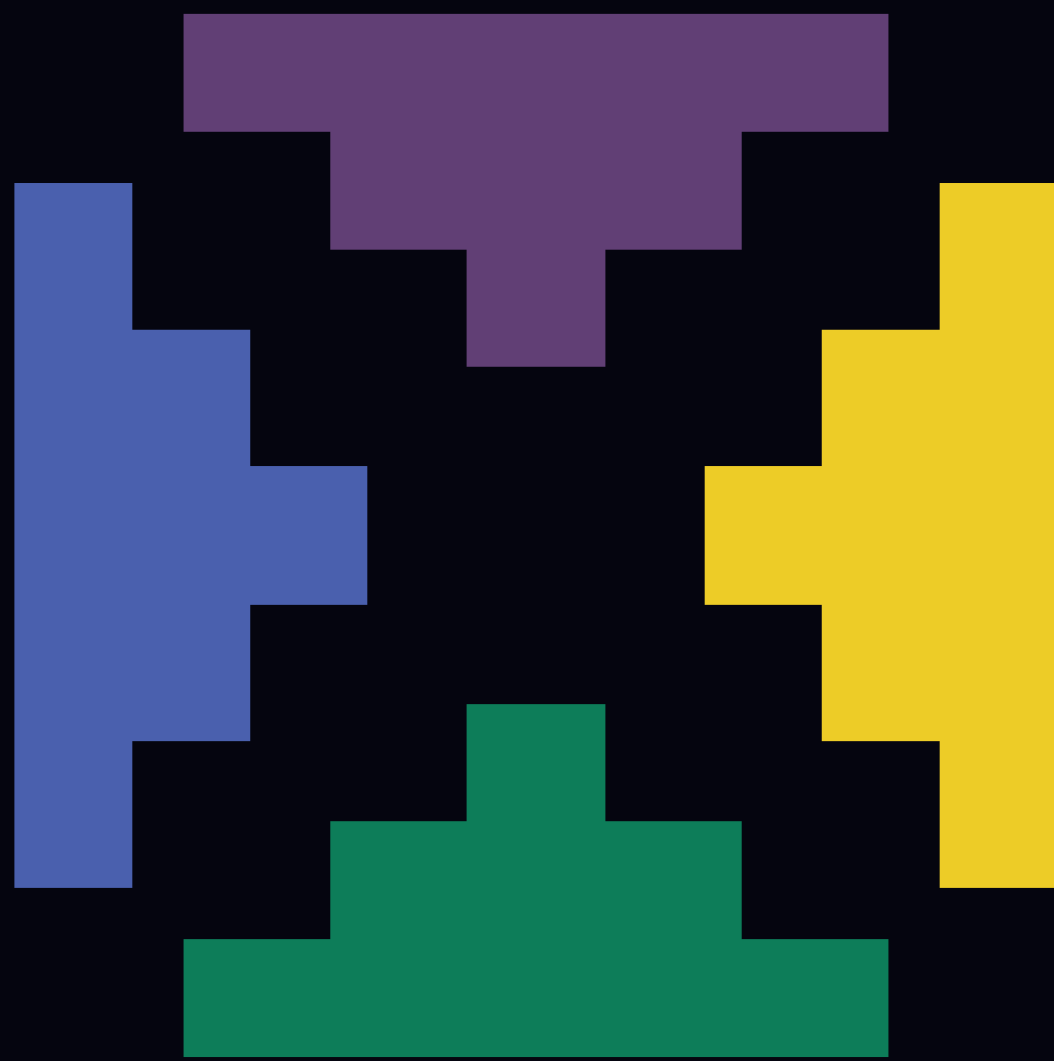


ciais demonstrassem capacidade de mobilização semelhante para as mazelas cotidianas do crônico problema da saúde pública no Brasil.





VOLTAR AO  
ÍNDICE



**Apoie o nosso jornalismo.  
Assine a Gazeta do Povo**

[Clique aqui e assine já](#)

**GAZETA DO POVO**